

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGÜÍSTICOS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA:  
ENSINO DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

**Denise dos Santos Gonçalves**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL-MILITAR:  
DA ANÁLISE LINGÜÍSTICA ÀS PERSPECTIVAS NO ENSINO PROFISSIONAL MILITAR**

**Belo Horizonte**

**2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE LETRAS  
PROGRAMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA:  
ENSINO DE LEITURA E PRODUÇÃO DE TEXTOS

**Denise dos Santos Gonçalves**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL-MILITAR:  
DA ANÁLISE LINGUÍSTICA ÀS PERSPECTIVAS NO ENSINO PROFISSIONAL MILITAR**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Ensino de Leitura e Produção de Textos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Augusto Moreira de Faria

**Belo Horizonte**

**2013**

**DENISE DOS SANTOS GONÇALVES**

**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL-MILITAR:  
DA ANÁLISE LINGÜÍSTICA ÀS PERSPECTIVAS NO ENSINO PROFISSIONAL MILITAR**

Esta monografia foi julgada adequada à obtenção do título de Especialista em Língua Portuguesa e aprovada em sua forma final pelo Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Ensino de Leitura e Produção de Textos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Belo Horizonte, ..... de fevereiro de 2013.

---

(Prof. Dr. Antônio Augusto Moreira de Faria - *Orientador*)

---

(Prof. Dr. Rosalvo Gonçalves Pinto – *membro da banca*)

---

(Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Juliana Horta Soares - *membro da banca*)

*Aos tantos policiais militares da PMMG cujos Boletins de Ocorrência constituem, além de rica fonte de análise, motivo de respeito por sua dedicação e amor pela profissão que abraçaram.*

## AGRADECIMENTOS

Deus, obrigada por tantas bênçãos e, especialmente nesta ocasião, por estar rodeada de pessoas às quais tanto tenho a agradecer:

ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Augusto Moreira de Faria, porque sua generosidade em compartilhar conhecimentos foi determinante para os resultados deste trabalho; mais do que isso, sua capacidade de considerar fatores humanos que interferem nas ações profissionais é motivo para torná-lo ainda mais digno de admiração;

aos profissionais da Academia de Polícia Militar, especialmente à Chefia e aos funcionários do Centro de Pesquisa e Pós-graduação, e também à Izabel, ao Lincoln e à Resângela, pedagogos da PMMG, porque o acolhimento a esta pesquisa e o respaldo para sua execução foram um grande incentivo para que ela se realizasse de acordo com os objetivos propostos;

aos amigos, professores e alunos, dos cursos de formação da PMMG porque o constante diálogo tem sido determinante para que encontremos novas perspectivas para o ensino da produção textual policial;

aos professores e colegas do Proleitura porque as longas manhãs e tardes em que estivemos juntos foram tão agradáveis quanto produtivas;

à Rita Eloísa Pereira Arantes, minha colega de docência, porque um espaço em sua agenda representa a tranquilidade de saber que a revisão ortográfica e gramatical deste trabalho esteve a cargo de olhos e mãos nos quais confio plenamente;

à minha querida mãe porque não sei se consegui explicar que a motivação de algumas ausências torna minha presença mais completa;

ao Glênio porque o fato de você compartilhar comigo cada fato que agradeço aqui tem sido mais um motivo para que eu ame tanto você!

*A Milícia antiga não precisava de escrevinhadores de livros ou coisa parecida. No século passado, o galardão que distinguia um oficial era o seu porte de atleta, seus bigodes retorcidos e sua coragem de cavaleiro da Idade Média. Surgisse no interior um diplomata ou escritor, vestindo a farda da Milícia, e formiga passeava logo dentro de suas narinas! Agora é que os imperativos da época exigem em primeiro lugar a cultura intelectual, porque grande parte do povo não é mais daquela gente que vivia de bugres!...*

(SILVEIRA, 1955, p. 484<sup>1</sup>)

---

1 Da anedota “A primeira máquina de escrever”.

## RESUMO

O Boletim de Ocorrência, principal documento operacional produzido pela Polícia Militar de Minas Gerais, é um gênero textual que, em virtude de sua importância, é objeto de estudo nos cursos destinados à formação de profissionais para o exercício de funções na instituição. Esse fato justifica a necessidade de se intensificar a produção de insumos teóricos sobre o gênero, o que permitirá a sustentação das atividades pedagógicas desenvolvidas nas disciplinas destinadas ao ensino de produção textual. Com o objetivo de contribuir para a formulação de teorias que possam ser utilizadas nas práticas de ensino, realizou-se breve levantamento histórico sobre o sistema de ensino na PMMG, o que incluiu considerações sobre a inserção de disciplinas relacionadas ao ensino do gênero nos programas dos cursos, além de um resgate sobre pesquisas acadêmicas as quais se debruçaram sobre o estudo de aspectos linguísticos do BO. Na sequência, desenvolveu-se uma análise de um exemplar do BO, com base no arcabouço teórico de Maingueneau (1997), Fiorin (1998) e Faria (2001) que, contraposta com um informativo elaborado a partir do mesmo fato gerador da escrita do documento operacional, permitiu ressaltar alguns aspectos do discurso sobre o policial militar. As análises se constituem numa possibilidade de abordar o gênero em atividades pedagógicas, uma vez que conduzem à reflexão sobre os efeitos que as escolhas linguísticas podem gerar na projeção do discurso, no caso em questão, referente à imagem do próprio policial militar.

**PALAVRAS-CHAVE:** Boletim de Ocorrência; gênero textual; discurso.

## **ABSTRACT**

The Police Report , main operational document issued by the Military Police of Minas Gerais (PMMG), is a text genre which, due to its importance, is object of study of programs intended for training professionals for the practice of their duties in the organization. This fact justifies the need for intensifying the production of theoretical inputs about the genre, that will enable the sustainability of pedagogical activities developed in courses designed to teach text production. With the goal of contributing to the formulation of theories that can be used in educational practices, a brief historical survey of the educational system at the PMMG was conducted, which included considerations about the insertion of courses related to teaching of the genre in the programs curricula, besides the rescue of academic researches dedicated to the study of linguistic aspects of the Police Report. In sequence, an analysis of a model of Police Report was developed, based on the theoretical framework of Mainguenu (1997), Fiorin (1998) and Faria (2001), which, counterposed to a newsletter developed from the same generative fact of operational document writing, allowed it to highlight some aspects of the discourse of the military police officer. The analyses constitute the possibility of approaching the genre in pedagogical activities, as they lead to reflection on the effects that linguistic choices can create on discourse projection, in this case, referring to the image of the military police officer.

**KEYWORDS:** police report; genre; discourse.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1	-	Centros da APM e suas atribuições relacionadas ao ensino .....	30
QUADRO 2	-	Disciplinas relacionadas ao ensino de produção textual nos cursos de formação da PMMG no período de 1999 a 2012 .....	35
QUADRO 3	-	Disciplinas relacionadas ao ensino de produção textual nos cursos de formação da PMMG a partir de abril de 2012 .....	36
QUADRO 4	-	Gêneros textuais presentes nos programas dos cursos da PMMG ...	38

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APM	-	Academia de Polícia Militar
BID	-	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BO	-	Boletim de Ocorrência
CAE	-	Centro de Apoio Administrativo
CAM	-	Centro de Atividades Musicais
CASP	-	Curso de Atualização em Segurança Pública
CBCM	-	Curso de Bacharelado em Ciências Militares
CEE	-	Conselho Estadual de Educação
CEFS	-	Curso Especial de Formação de Sargentos
CESP	-	Curso de Especialização em Segurança Pública
CEGESP	-	Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública
CEGEPO	-	Curso de Especialização em Gestão de Polícia Ostensiva
CFAP	-	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CFC	-	Curso de Formação de Cabos
CFO	-	Curso de Formação de Oficiais
CFS	-	Curso de Formação de Sargentos
CFSd	-	Curso de Formação de Soldados
CHO	-	Curso de Habilitação de Oficiais
CIFS	-	Curso Intensivo de Formação de Sargentos
CNCG	-	Conselho Nacional de Comandantes-Gerais
CSTGSP	-	Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública
CSTSP	-	Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública
CPP	-	Centro de Pesquisa e Pós-graduação
CTP	-	Centro de Treinamento Policial
CTPM	-	Colégio Tiradentes da Polícia Militar
CTSP	-	Curso Técnico em Segurança Pública
DE	-	Diretoria de Ensino
DEPM	-	Diretrizes da Educação de Polícia Militar
DEPSP	-	Diretrizes para a Educação Profissional de Segurança Pública
DI	-	Departamento de Instrução
EFAS	-	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos
EFSd	-	Escola de Formação de Soldados
EFO	-	Escola de Formação de Oficiais
EsFAO	-	Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais
IGPM	-	Inspetoria Geral das Polícias Militares
IHGMG	-	Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais

MARE	-	Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado
MJ	-	Ministério da Justiça
OAB	-	Ordem dos Advogados do Brasil
REDS	-	Registro de Eventos de Defesa Social
ROP	-	Relatório de Ocorrência Policial
PMMG	-	Polícia Militar de Minas Gerais
TPB	-	Treinamento Policial Básico
TPM	-	Treinamento Policial Militar

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>2. BREVE HISTÓRIA DO SISTEMA DE ENSINO DA PMMG .....</b>	<b>16</b>
<b>3. A DISCIPLINA PRODUÇÃO TEXTUAL POLICIAL NA MATRIZ CURRICULAR DOS CURSOS DA PMMG .....</b>	<b>33</b>
<b>4. O BOLETIM DE OCORRÊNCIA COMO OBJETO DE ESTUDO .....</b>	<b>40</b>
<b>5. PARA UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA</b>	<b>45</b>
5.1 Arcabouço teórico para análise .....	46
5.2 Os acontecimentos e os textos que falam deles .....	50
5.3 Discursos projetados sobre o policial militar .....	55
<b>6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>60</b>
<b>7. REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>
<b>ANEXO</b>	
Informativo PM Notícias Online, de fevereiro de 2012 .....	65

## **BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL-MILITAR: DA ANÁLISE LINGÜÍSTICA ÀS PERSPECTIVAS NO ENSINO PROFISSIONAL MILITAR**

### **1. INTRODUÇÃO**

O Boletim de Ocorrência (BO) pode ser considerado o principal gênero textual de natureza operacional produzido na Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG) na medida em que se presta à comunicação dos fatos decorrentes do empenho da instituição, ou seja, a escrita desse documento está estreitamente ligada ao registro das atividades finalísticas da PMMG.

Em razão da frequência com que é produzido, já que, basicamente, todo empenho operacional resulta num BO, é um gênero que sofre interferências das escolhas dos seus inúmeros produtores. Da mesma forma, em virtude das modificações da linguagem em uso, além do aperfeiçoamento das tecnologias utilizadas em sua produção, transforma-se com o passar do tempo, assim como ocorre com outros gêneros textuais.

Devido a sua importância, o estudo do BO é incluído nos programas dos cursos de formação da PMMG, assim entendidos aqueles que preparam os policiais militares para o exercício das atividades na instituição.

Apesar de sua relevância, o BO ainda tem sido pouco estudado em trabalhos acadêmicos e, por essa razão, as atividades relacionadas ao ensino do gênero ficam carentes de embasamento teórico mais consistente.

Assim, o presente trabalho parte do entendimento de que a ampliação do arcabouço teórico referente aos aspectos linguísticos do BO permitirá práticas pedagógicas mais eficazes e, como consequência, resultará em melhor prestação de serviços pela PMMG. Nesse sentido, objetiva abordar o BO no contexto de ensino militar, reconstituindo, em linhas gerais, os acontecimentos que culminaram na situação em que se dá a prática pedagógica desse gênero na PMMG, para finalmente propor, para esse documento, uma perspectiva de análise que possa ser utilizada em sala de aula.

No segundo capítulo desta monografia, a partir da apresentação de fatos históricos relacionados à criação da própria PMMG, serão destacados acontecimentos que contribuem para o entendimento de como as atividades que visam ao preparo profissional foram

desenvolvidas, no correr do tempo, nessa instituição. Esses registros permitirão perceber como tais momentos históricos são marcados pelos conceitos que determinaram e determinam o foco da atuação da polícia, em cada passo de sua existência, e que interferem no direcionamento da educação profissional executada pela PMMG.

Na apresentação histórica, alguns aspectos ganham destaque, tal como a evolução dos requisitos de escolaridade impostos para ingresso na instituição: desde o curso primário, exigido em 1939, até o ensino superior completo<sup>2</sup> para ingresso no cargo do soldado. Essa apresentação também atualiza os registros acadêmicos sobre os cursos de formação e habilitação realizados pela PMMG, uma vez que as informações acerca desses eventos se baseiam na norma de educação mais recente, editada na instituição no mês de abril de 2012.

Como consequência da evolução histórica da própria instituição, assim como da gradativa modificação dos conceitos relacionados ao ensino profissional, tanto as fontes de informação – assim entendidas como os manuais e as demais obras de referência – quanto os currículos dos cursos de formação foram também se modificando, a fim de fazer face às demandas que se apresentavam à PMMG. Dessa forma, visando a cumprir o objeto desta pesquisa, no capítulo três apresentam-se alguns movimentos referentes à inserção de disciplinas propriamente relacionadas ao ensino dos gêneros textuais na PMMG. Nessa apresentação, maior destaque é dado à situação mais recente, representada pela introdução da disciplina *Produção Textual Policial* nos currículos, em substituição à disciplina *Redação de Documentos*, que figurou até o ano de 2011.

Como o foco desta pesquisa é o BO, gênero textual produzido pelos policiais militares que atuam nas atividades operacionais da PMMG, a abordagem histórica e a evolução curricular contemplam apenas os cursos destinados à formação dos policiais dos quadros de fileira (dedicados ao empenho operacional). No entanto, é relevante esclarecer que a instituição também é integrada por homens e mulheres que atuam em áreas específicas que, naturalmente, exigem programas de curso apropriados, a exemplo das atividades relativas à saúde, à música, à motomecanização, ao armamento, dentre outras.

---

<sup>2</sup> A exigência atual de escolaridade para ingresso no cargo de soldado é o ensino médio completo. Em virtude de lei estadual promulgada no ano de 2010, a escolaridade exigida para o ingresso no cargo de soldado passa a ser o curso superior completo. A mesma lei prevê, no entanto, um período transição em que se admite a previsão do ensino médio. Mais informações sobre esse aspecto serão fornecidas no segundo capítulo da presente pesquisa.

No capítulo quatro, abordam-se algumas pesquisas acadêmicas que se destinaram ao estudo dos aspectos linguísticos do BO, ressaltando o objetivo de registrar a contribuição desses trabalhos para as análises que serão desenvolvidas sobre o gênero no presente estudo.

No capítulo cinco, a partir da apresentação de teorias, especialmente de Maingueneau (1997), Fiorin (1998) e Faria (2001), que constituirão o arcabouço teórico, realiza-se uma análise de um BO, com vistas a identificar discursos que projetam imagens sobre o policial militar. Ainda, para permitir aprofundamento na percepção do discurso sobre esse profissional, analisa-se um informativo institucional, produzido a partir do mesmo fato narrado no BO. A comparação dos aspectos identificados nos dois gêneros permitirá o desenvolvimento de considerações referentes ao discurso focado em um e outro.

O capítulo seis é dedicado a considerações finais sobre o trabalho desenvolvido, com breve retomada do percurso da pesquisa, além da apresentação de possibilidades de abordagens do gênero BO por ocasião dos estudos nas atividades de ensino da PMMG.

## 2. BREVE HISTÓRIA DO SISTEMA DE ENSINO DA PMMG

Tratar das atuais faces de uma instituição requer conhecer, ainda que brevemente, os caminhos que fizeram sua história e que a conduziram para a situação em que se apresenta. Por esse motivo, muito embora não seja pretensão deste trabalho produzir um compêndio histórico da PMMG, serão apresentados, em poucas linhas, alguns fatos que ajudam a perceber como se deu o seu surgimento, sua evolução e sua trajetória. Esses conhecimentos permitirão inserir o Sistema de Ensino da PMMG na evolução histórica da própria instituição e, por isso, serão destacados fatos que se fizeram importantes para que a conjuntura atual se estabelecesse.

De acordo com Andrade (1981), as origens da organização atual da PMMG decorrem da extinção das antigas Companhias de Ordenanças, criadas em 1709, assim como das Companhias dos Dragões, força criada em 1719, “toda ela em reinol, composta exclusivamente por brancos, armada com o que de melhor devia existir na época” (ANDRADE, 1981, p. 79), que era responsável, até 1775, pelo policiamento nos distritos do ouro e por impor a ordem interna na capitania.

Conforme Andrade (1981), o Regimento Regular de Cavalaria foi a primeira unidade verdadeiramente militar de Minas Gerais, nos moldes da reorganização do Exército Português, sendo seus soldados mantidos e pagos pelo erário real. O Regimento era integrado por seiscentos homens (FELISBERTO, 1988) e já tinha, segundo Marco Filho (2005), funções de naturezas policial – impedir o contrabando do ouro e escoltar o minério até o Rio de Janeiro – e militar, o que resultou em sua mobilização para o Rio de Janeiro e outros Estados. A dupla atuação – policial e militar – também é constatada por Andrade (1981), que registra ter sido essa uma “tropa preferida e solicitada por seus serviços, mas seus efetivos mostravam-se insuficientes para atender a tudo o que lhe era imposto ou solicitado: serviços no interior, prisões, destacamentos, Esquadrões na Corte, nas guerras e ainda o policiamento distrital da Província” (ANDRADE, 1981). Segundo Cotta (2006), as pesquisas realizadas pelo Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais (IHGMG), no ano de 1992, concluíram que o Regimento Regular de Cavalaria fora criado em 09 de junho de 1775, data em que a PMMG passou a considerar, também, como a data de sua própria criação.

Foi no ano de 1831, após a abdicação do Imperador Pedro I e em meio a uma agitação social, que incluía desordens e saques, inclusive com a participação de alguns integrantes da tropa armada, que, segundo Andrade (1981), o Ministro da Justiça, Padre Diogo Antônio Feijó, extinguiu as organizações paramilitares e criou a Guarda Nacional, com o objetivo de “defender a Constituição, a Liberdade, a Independência e Integridade do Império; para manter a obediência às Leis, conservar ou restabelecer a ordem e a tranquilidade pública e auxiliar o Exército de Linha na defesa das fronteiras e das costas” (Decreto-Lei de 18/08/1831, *apud*, ANDRADE, 1981, pág. 123). A Guarda Nacional, no entanto, não teria funções no policiamento e fiscalizações. No mesmo ano, a Carta de Lei de 10 de outubro autorizava a criação do Corpo de Guardas Municipais Permanentes, integrado por 418 pessoas, cujas atribuições eram manter a tranquilidade pública e auxiliar a Justiça. Conforme Andrade (1981), é desse Corpo de Permanentes, composto por dois esquadrões do antigo Regimento Regular de Cavalaria e de voluntários, que surgiu e se desenvolveu a PMMG que se tem nos dias atuais, não sem receber outras denominações ao longo do tempo: Força Policial – em março de 1835, Corpo Policial – em dezembro de 1835 (ANDRADE, 1981); este último, dissolvido em 1890, com a criação da Guarda Republicana, resultado das reformulações das corporações policiais, em decorrência da Proclamação da República (COTTA, 2006).

No ano seguinte, a Guarda Republicana foi transformada em Força Pública que, em 1893, passou a ser denominada Brigada Policial (COTTA, 2006). A partir de 1909, quando foi criada, a Guarda Civil compôs a Brigada Policial; quando, em 1911, a Guarda Civil desligou-se da Brigada – ficando sob as ordens do Chefe de Polícia – a segunda passou a ser denominada Força Pública (COTTA, 2006, pág. 86). Também o Corpo de Bombeiros, criado em 1911, esteve ligado à Força Pública<sup>3</sup>.

A instrução para as praças<sup>4</sup> foi prevista no primeiro regulamento da força, datado de 1894, e determinava que os oficiais mais habilitados fossem incumbidos dessa tarefa, que não deveria prolongar-se por mais de seis meses e deveria compreender “desde a posição do recruta em forma até a escola de pelotão, o manejo das armas e tiro ao alvo, a nomenclatura de todas as partes das armas e o método de conservá-las limpas” (COTTA, 2006).

Foi em 1914 que, segundo Silveira (1955), a Força Pública foi autorizada a contratar instrutores militares. A chamada “Instrução”, dividida em moral, intelectual e técnica,

---

3 Em Minas Gerais, o Corpo de Bombeiros Militar pertenceu à PMMG até o ano de 1999, quando, em virtude da Emenda à Constituição nº 39, de 02 de junho de 1999, as duas corporações foram desvinculadas.

4 Grosso modo, o termo *praças* se refere aos cargos de soldado, cabo, sargento e subtenente. O termo *oficiais* inclui os cargos de tenente, capitão, major, tenente-coronel e coronel.

somente foi regulamentada em 1916, com o Decreto 4380, de 11 de maio de 1915, e seria ministrada na Escola de Instrução, compreendida pela escola de graduados, pela de recrutas e pela de tática. Nessa época, já atuava, na Escola de Instrução, o instrutor Roberto Drexler, ex-oficial do exército da Suíça, comissionado ao posto de Coronel, a quem se atribui papel determinante no início das atividades de ensino da instituição. A atuação desse instrutor foi tratada, juntamente com a preocupação em inserir estudos literários, no Relatório do Comando, datado de 1920, assinado pelo Dr. Júlio Otaviano Ferreira:

Continua a instrução militar a ser ministrada, com real proveito, pelo sr. Coronel Roberto Drexler, mediante contrato renovado, para o corrente ano, a título precário. Está presentemente em instrução a escola de graduados n. 8 composta de três oficiais e trinta e sete praças. Na escola de instrução se preparam oficiais e praças, cabendo àqueles depois de devidamente instruídos, transmitir, aos batalhões, os ensinamentos que receberam. Ao lado da instrução profissional, penso que se deva dar à Força Pública a instrução literária, sem a qual, como já observou um dos meus antecessores, aquela seria impraticável (SILVEIRA, 1955, p.191).

Também conforme Silveira (1955), foi em 1916 que um grupo de oficiais idealizou uma escola onde os oficiais pudessem aperfeiçoar seus conhecimentos, consistindo em um curso noturno que funcionava no 1º Batalhão, localizado no bairro Santa Efigênia, em Belo Horizonte.

Em 1918, de acordo com Silveira (1955), em virtude do Decreto 4926, de 29 de janeiro daquele ano, a Força Pública se torna força auxiliar do Exército, o que implica alterações tais como a inexistência de posto superior a tenente-coronel, o requisito de ser brasileiro nato ou naturalizado para alistar-se, assim como a previsão de poder solicitar, ao Ministério da Guerra, oficiais para ministrarem instrução aos policiais.

De acordo com Cotta (2006), de 1912 até 1927, todos os militares eram incluídos no Corpo Escola, em decorrência das ações do Coronel Drexler, que foi responsável por organizar diversos manuais destinados à instrução da tropa. Em 1927, foi criada a Escola de Sargentos, na qual atuavam professores militares e civis. Para o autor, “num tempo em que as baionetas e as evoluções militares eram realidades cotidianas, o estudo das humanidades apresentava um avanço considerável, principalmente para os praças” (COTTA, 2006, p. 98). A escola representou um caminho pelo qual cabos e sargentos poderiam acessar ao oficialato por meio de mérito intelectual. A Escola de Sargentos foi extinta, em 1931, como represália ao envolvimento de alguns dos seus integrantes no movimento que tentou depor o então

Presidente do Estado, Olegário Maciel.

Seguiu-se nova organização do ensino na Força Pública: o Corpo Escola foi transformado em Batalhão Escola e foi criado o Curso de Educação Militar, este em substituição à Escola de Sargentos. Na sequência foi elaborado o plano para um curso Técnico Militar e Propedêutico, criado pelo Professor João Batista Mariano, encarregado de ministrar instruções para os oficiais do 5º Batalhão, localizado no bairro Gameleira, na capital. O sucesso do treinamento teria entusiasmado o presidente Olegário Maciel que, vislumbrando um curso que beneficiasse todos os militares mineiros, criou o Departamento de Instrução (DI) e designou o professor Mariano para o cargo de professor complementar da Força Pública.

O DI, localizado no bairro Prado, em Belo Horizonte, foi criado em 03 de março de 1934, com o Decreto 11.252, cujo art. 1º esclarecia sua competência para ministrar:

- a) aos inferiores, conhecimentos fundamentais, indispensáveis ao acesso ao primeiro posto do quadro de oficiais;
- b) aos oficiais, conhecimentos complementares que, de acordo com a lei de promoções, a ser elaborada, lhes permitam acesso ao posto imediatamente superior. (Decreto 11.252/34, *apud*, SILVEIRA, 1955, p. 196).

Já no ano de 1934, de acordo com Cotta (2006), iniciaram-se as aulas do Curso de Formação de Oficiais e do Curso de Formação de Instrutores de Educação Física, no total de 149 alunos. Em 1935, o DI recebeu sua primeira turma de alunos, 41 militares, que frequentariam o Curso de Formação de Sargentos.

A reorganização da Força Pública de Minas decorreu da Lei Federal 192, de 17 de janeiro de 1936, que levou as polícias militares a serem consideradas reservas do Exército, com atribuições para: a) exercer funções de vigilância e garantia da ordem pública; b) garantir o cumprimento da lei, a segurança das instituições e o exercício dos poderes constituídos; c) atender à convocação do Governo Federal em casos de guerra externa ou grave comoção intestina<sup>5</sup>, segundo a lei de mobilização. A mesma lei previu a adoção, nas Forças Públicas, dos regulamentos de instrução militar vigentes no Exército Brasileiro e estabeleceu requisitos para promoção vinculados à participação em cursos: passados cinco anos da publicação da lei, somente concorreriam às vagas de 2º tenente os candidatos que possuíssem o curso de oficiais e, após dois anos da mesma publicação, somente poderiam ser promovidos a capitão, major

---

5 O termo *intestina* está presente na Lei Federal 192/36 e reporta a possíveis comoções internas na nação.

ou tenente-coronel aqueles que tivessem realizado o curso de aperfeiçoamento ou o de formação oficial (Decreto 11.252/34, *apud*, SILVEIRA, 1955, p. 203).

Em 1939, de acordo com Cotta (2006), a Força Pública passou a denominar-se Força Policial. Nesse mesmo ano, conforme Silveira (1955), já se requeria que os candidatos a praça tivessem concluído o curso primário, exigindo-se deles o exame de 4º ano, comprovado por diploma.

Os primeiros registros, encontrados nesta pesquisa, de um documento que se destinava a consolidar preceitos de instrução, visando aos estudos para os militares da Força Policial, remontam ao ano de 1941, quando, segundo Silveira (1955), uma comissão foi designada para elaborar o *Manual do Soldado*. O Comandante-Geral em exercício do ano de 1950 também determinou que uma comissão se reunisse para “compor, compilar e reunir um volume a ser publicado, com finalidade preferentemente pedagógica, biografias e fatos esparsos vinculados a grandes nomes patrícios, bem como a velhos soldados da Corporação” (SILVEIRA, 1955, p. 281). Essa foi a origem da coletânea *Lições de Instrução Policial* (COTTA, 2006), que estabelecia as diretrizes para a instrução policial nos destacamentos. Nessa mesma gestão, criou-se a revista *Libertas*, cujo objetivo era difundir a literatura entre os policiais, mas que deixou de ser veiculada por falta de recursos financeiros, muito embora, conforme Silveira (1955), tivesse sido apreciada nos meios literários brasileiros.

A Polícia Militar de Minas Gerais – denominação que se atribuiu à corporação a partir de 1946 (Cotta, 2006) – passou a executar o policiamento ostensivo em Belo Horizonte no ano de 1955, atividade na qual se deveriam observar as leis, os regulamentos e as instruções relacionadas aos serviços policiais. Os candidatos a atuar nessa missão participavam de treinamento que incluía as seguintes matérias: ação policial, armas e instrumentos de crime, ataque e defesa, boas maneiras, conhecimento básico de leis, instrução militar – que contemplava a instrução geral e de armamentos, noções de técnica policial, noções gerais de trânsito, organização policial, polícia de assistência e policiamento.

Para Silva Neto (1995), a participação decisiva da PMMG na chamada Revolução de 1964 ocasionou a inversão do quadro de atribuições da instituição. Se a sua missão principal estava relacionada às operações militares, agora se voltava para a manutenção da ordem pública, até então considerada secundária. Foi essa inversão que, segundo o autor, repercutiu na modernização das estruturas da PMMG, assim como na consolidação das suas doutrinas de emprego.

Em seu *Manual de Policiamento*, Santos (1965) já detalha uma série de orientações aos policiais, esclarecendo como esses profissionais deveriam se portar, tanto na vida social quanto nas atividades profissionais. Para isso, descreve qualidades indispensáveis ao policial e prescreve a atuação, desde a prestação de informações até os casos de prisão. Nas palavras iniciais do *Manual*, datadas de 1960, o autor dirige-se ao seu leitor, o Soldado, e esclarece que as qualidades do bom policial se resumem em duas: a dignidade e a competência. A segunda consiste em possuir, no mínimo, o curso primário; ter concluído com bom aproveitamento o período regular de instrução policial e militar; ter adquirido tirocínio e prática para o serviço e manter-se em dia com os assuntos relacionados à profissão.

Na mesma obra, Santos (1965) faz referência à redação de ocorrências policiais, na descrição daqueles que denomina *aprestos policiais*, dentre os quais se incluem a caneta e o papel:

Assim, de folga ou em serviço, carece o policial-militar de ter sempre consigo: caneta e papel (...). A caneta constitui peça indispensável ao serviço. Mais indispensável mesmo que o revólver. Não nos preocupamos com sua qualidade: o essencial é que escreva. É permitido o uso das canetas esferográficas no registro das ocorrências policiais; mas esse tipo oferece o risco de manchar o bolso do uniforme. Será útil também conduzir um pequeno lápis com borracha. (...)

Para o uso no policiamento ostensivo, a corporação poderá distribuir blocos impressos com folhas destacáveis, próprios para redação de ocorrências. (SANTOS, 1965, p. 42).

Em 1970, o ensino militar passou, de acordo com Cotta (2006), a ter regulamentação própria. A Lei Estadual 6260, de 13 de dezembro de 1973, instituiu o Sistema de Ensino da PMMG, cuja finalidade era “proporcionar ao respectivo pessoal a capacitação para o exercício dos cargos e funções previstos em sua organização” (MINAS GERAIS, 1973). Ficou estabelecido que o ensino profissional seria realizado pelo Departamento de Instrução, pelo Batalhão Escola, pelos Centros de Aperfeiçoamento Profissional e por outros órgãos de ensino da instituição. A divisão do ensino se dava em graus – básico, intermediário e médio: o primeiro para os cursos de cabos e soldados e a instrução da tropa; o segundo com os cursos de formação e aperfeiçoamento de sargentos; o terceiro destinado aos oficiais e, por sua vez, dividido em três ciclos: formação e especialização, aperfeiçoamento e curso superior de polícia.

A atual organização básica da PMMG decorre do que estabelece a Lei Estadual nº 6624, de 18 de julho de 1975. Essa Lei atribui à Diretoria de Ensino (DE) a responsabilidade pelo

planejamento, coordenação, controle e supervisão técnica das atividades específicas de ensino profissional da PMMG. O regulamento da Diretoria de Ensino, assim como dos demais órgãos previstos na Lei 6624/75, foi aprovado pelo Decreto Estadual 18445, de 15 de abril de 1977. Tal Decreto atribui à DE, dentre outras, competências para “estudar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e fiscalizar atividades de formação, aperfeiçoamento e especialização de oficiais e praças, de ensino de 1º e 2º graus e desportivas da Corporação” (MINAS GERAIS, 1977).

Em 1975, conforme Cotta (2006), o Departamento de Instrução passou a denominar-se Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Oficiais (EsFAO), e foi criado o Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), o que representou a separação estrutural da formação de praças (soldados, cabos, sargentos), da dos oficiais. Em 1979, com a criação da Academia de Polícia Militar (APM), extinguiram-se a EsFAO e o CFAP, e centralizou-se novamente a formação dos oficiais e das praças nos 1º e 2º corpos de alunos do novo órgão.

Cotta (2006) esclarece que, até o início da década de 1980, o treinamento dos policiais era baseado nos manuais do Exército, em virtude do controle que essa instituição exercia sobre as polícias. No ano de 1982, a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM) elaborou o *Manual Básico de Policiamento Ostensivo*, que seria adotado por todas as polícias militares do Brasil, com o objetivo de padronizar metodologias, homogeneizar procedimentos, subsidiar fonte de consulta complementar e constituir referência bibliográfica para o desdobramento em manuais específicos de policiamento. A PMMG já possuía alguns manuais, utilizados nos treinamentos, a exemplo do *Manual de Armamento e Munição Química*. Seguiu-se a elaboração de outros: *Manual de Abordagem, Busca e Identificação*, de 1981, *Condução de Presos e Escoltas Diversas*, de 1982, e *Casos de Prisão*, de 1987, todos da autoria do então Tenente Edgar Eleutério Cardoso, além do *Manual Básico do Emprego de Armamento, Munição Química e Equipamento Policial*, de 1987, *Manual de Policiamento de Carnaval*, de 1988, e do *Manual Básico de Policiamento Rodoviário*, de 1988<sup>6</sup>. Em 1984, a PMMG editou o *Manual Técnico do Soldado*, que teve uma tiragem de 10.000 exemplares e que foi amplamente utilizado nos cursos de formação até o ano de 1989. O *Manual Técnico do Soldado* deixou de ser utilizado a partir de 1990, quando, em virtude da exigência do ensino fundamental, antigo 1º grau, para ingresso na graduação de soldado, a grade curricular do curso de formação foi modificada, o que gerou a necessidade de reformulação do material

---

6 Conforme esclarece Cotta (2006), alguns dos manuais dessa época eram considerados obras institucionais e, por esse motivo, não havia identificação dos seus autores.

utilizado.

A década de 1990, segundo Hamada (2008), foi marcada pelo foco policial na formação e no treinamento da PMMG, o que decorreu da promulgação da Constituição da República de 1988. Tomando por base a grade de disciplinas do Curso de Formação de Oficiais (CFO), o autor demonstra que, a partir de então, ficou ressaltado o conteúdo relacionado aos aspectos técnicos de atuação policial, assim como os da área jurídica, o que demonstra que a legislação e o respeito ao cidadão tornavam-se preocupações do ensino.

Com a extinção da Diretoria de Ensino, em virtude do Decreto 39652, de 16 de junho de 1998, as atribuições que cabiam a esse órgão passaram a ser da competência da APM.

Segundo Santos (2000), o ano de 1998 foi marcado por mudanças na formação básica, que se refere aos cursos para formação de soldados, o que culminou na criação do Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP), resultado de demandas internas e externas à PMMG, “geradas pelas discussões em torno do aumento do índice de criminalidade, baixos desempenhos de policiais militares e propostas de reformulação do sistema de segurança pública em tramitação no Congresso Nacional, Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Ministério da Justiça” (SANTOS, 2000, p. 37).

Conforme Santos (2000), em uma reunião do Conselho Nacional de Comandantes-Gerais (CNCG) realizada em 1997, aprovou-se o currículo de formação básica – que consistia na “formação mínima, necessária e admitida” (SANTOS, 2000), para soldado de polícia militar. A elaboração do documento foi precedida da análise das grades curriculares adotadas em todos os estados, assim como dos quadros gerais das instituições envolvidas. O currículo básico contemplava a carga horária de 1425 horas-aula e 35 disciplinas, organizadas em módulos: área de ensino fundamental; área de ensino instrumental; área de ensino profissional; área de ensino complementar e estágio supervisionado, este último com 200 horas-aula. As disciplinas relacionadas à linguagem eram a Língua Portuguesa, com 50 horas-aula, incluída na área de ensino fundamental, e a Língua Estrangeira (inglês ou espanhol), com 80 horas-aula, na área de ensino complementar. Ainda conforme Santos (2000), o currículo do CNCG deveria ser integralizado no prazo mínimo de 09 meses e exigia, como critério de seleção dos novos policiais brasileiros, o requisito mínimo do ensino médio completo.

Em 1998, o Governo Federal instituiu o seu Programa de Modernização do Poder Executivo Federal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Visando à melhoria do desempenho da administração pública brasileira, foram implantados quatro subprogramas, dentre eles o Subprograma de Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos que, por sua vez, foi implementado por meio de quatro elementos que incluíam a *capacitação para profissionais da área de segurança do cidadão e fortalecimento institucional da Academia Nacional de Polícia*. Os recursos desse subprograma foram destinados à contratação de consultoria para elaboração, dentre outros, do currículo para a capacitação policial, com a explicação de que:

A segurança pública é uma área considerada prioritária pelos cidadãos brasileiros. A preocupação da sociedade não se limita à violência no país, mas também ao comportamento da polícia no seu esforço para controlar essa violência. As forças policiais têm se confrontado com novos tipos de crimes para os quais não estão preparadas. O treinamento das polícias federal e estadual é realizado com base em um currículo antiquado, existindo pouca coordenação entre as academias estaduais e a nacional.

Este componente financiará consultorias para a elaboração e implantação de um novo currículo básico, que deverá ser utilizado nas academias federais e estaduais de polícia, assim como do material didático e da capacitação de professores. O novo currículo enfatizará cursos sobre direitos humanos e organização comunitária, entre outros. O componente financiará também o equipamento para a preparação e divulgação de cursos por vídeo, nas academias estaduais (BRASIL, 1998, p. 28-29).

As Diretrizes para a Educação Profissional de Segurança Pública da Polícia Militar de Minas Gerais (DEPSP/PM) do ano de 1999 estabeleciam, em seu artigo 3º, que a educação profissional de segurança pública, “inspirada nos princípios constitucionais de solidariedade humana, tem por finalidade o desenvolvimento do policial militar, seu preparo para o exercício da profissão, tendo como matriz as filosofias do policiamento comunitário e de direitos humanos” (PMMG, 1999). As DEPSP de 1999 já incluíram, entre os seus princípios, aqueles estabelecidos nas Bases Curriculares para a Formação dos Profissionais da Área de Segurança do Cidadão<sup>7</sup>, demonstrando de que, nessa época, já se iniciava um caminho em direção às propostas do Governo Federal para a área.

---

7 Em nota de rodapé alusiva ao seu Art. 4º, que trata dos princípios que regem a educação de segurança pública na PMMG, as DEPSP se direcionam para as Bases Curriculares para formação dos profissionais de segurança pública da área de segurança do cidadão.

De acordo com Santos (2000), no ano de 1999, a PMMG submeteu o projeto do Curso Técnico em Segurança Pública ao Conselho Estadual de Educação (CEE), com vistas a efetivar a criação da habilitação de técnico em segurança pública. A Câmara de Ensino do CEE emitiu parecer favorável ao funcionamento do curso e à habilitação, contudo, modificou a estrutura curricular, de maneira a adaptá-lo à legislação educacional vigente<sup>8</sup>. O currículo do CTSP passou a contemplar uma carga horária total de 2195 horas-aula, incluindo 660 destinadas ao estágio supervisionado, e 48 disciplinas. As disciplinas relacionadas à área de linguagem eram: Língua Portuguesa Aplicada (60 horas-aula); Espanhol (45 horas-aula); Inglês (45 horas-aula) e Redação de Documentos (30 horas-aula).

Santos (2000) comparou os currículos propostos pelo CNGC e pelo Ministério da Justiça (MJ) com o então adotado na PMMG e concluiu que este último contemplava maior carga horária do que os dois primeiros, além de mostrar-se mais rico e abrangente em termos curriculares. Observou a ausência de três disciplinas em relação ao currículo proposto pelo MJ: Direito Processual Penal, Fundamentos Políticos da Atividade Policial e Processo de Tomada de Decisão Aplicado. No entanto, sinalizou que já estava em andamento o processo de inserção dessas disciplinas no currículo da PMMG.

A atual versão da matriz curricular nacional para formação em segurança pública, proposta pelo Ministério da Justiça, data do ano de 2009. Conforme informação disponível no *site* desse ministério, atualmente, a referida matriz curricular é adotada em todas as 27 unidades da Federação<sup>9</sup>.

No período de 24 de outubro de 2001 a 03 de julho de 2003, a Academia de Polícia Militar foi denominada Instituto de Educação de Segurança Pública. A Academia de Polícia Militar é considerada Instituição de Ensino Superior, integrante do Sistema Estadual de Educação, conforme credenciamento contido no Decreto s/nº, de 29 de novembro de 2005, que autorizou o funcionamento do Curso de Bacharelado em Ciências Militares – Área de Defesa Social.

As atuais exigências de escolaridade para ingresso na PMMG foram estabelecidas pela Lei Complementar 115, de 05 de agosto de 2010, que prevê, para ingresso no Quadro de Oficiais, o curso de bacharel em Direito, e, para ingresso nos quadros de praças, soldado, o nível superior de escolaridade. Em virtude dessa norma, iniciou-se, no ano de 2012, o primeiro

---

8 O reconhecimento do curso somente ocorreu em 2009, conforme parecer 790/2009-CEE.

9 Informação disponível em [http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRN\\_N.htm](http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRN_N.htm) Acesso em 24/04/2012.

Curso de Formação de Oficiais cujo processo seletivo exigiu a formação prevista pela citada lei e contou com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Quanto ao ingresso no cargo de soldado, a lei autorizou um período de transição de cinco anos, prorrogável por período equivalente, em que se admitirá o nível médio de escolaridade. Assim, dentre os requisitos do atual processo seletivo para preenchimento de 1.600 vagas do Curso de Formação de Soldados, edital de 11 de dezembro de 2012, está o ensino médio completo<sup>10</sup>.

Atualmente, a Educação de Polícia Militar, que inclui o ensino, o treinamento, a pesquisa e a extensão, é desenvolvida nas Unidades de Ensino, Treinamento e Pesquisa da PMMG, e é regulamentada pela Resolução 4210, de 23 de abril de 2012, que estabelece as Diretrizes da Educação da Polícia Militar (DEPM). Esse documento prevê a realização de cursos de formação inicial, qualificação profissional e superior. As modalidades previstas são a presencial, a semipresencial, a distância e a continuada.

Os cursos de formação inicial são aqueles que se destinam à inclusão na PMMG:

- Curso de Formação de Oficiais (CFO): na modalidade presencial, visa a formar o policial para o desempenho de funções de oficial<sup>11</sup>.
- Curso de Formação de Soldado (CFSd)<sup>12</sup>: na modalidade presencial e com carga horária de 1340 horas-aula, tem por finalidade formar os soldados da instituição, sendo os discentes selecionados mediante concurso público.

Os cursos de qualificação profissional são<sup>13</sup>:

- Curso de Atualização em Segurança Pública (CASP): na modalidade semipresencial, com carga horária de 120 horas-aula presenciais e 60 a distância, cuja finalidade é atualizar as competências profissionais dos segundos-sargentos. A aprovação nesse

---

<sup>10</sup> O concurso público mencionado é regulado pelo Edital nº 14/2012, de 11/12/2012, que prevê o início das inscrições em fevereiro de 2013, e a divulgação do resultado final em dezembro do mesmo ano. Ainda conforme o edital, o curso, que terá duração de 09 meses, será iniciado em 06/01/2014. O Edital 14/2012 está disponível em <https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudousuario/portal/uploadFCK/crs/13122012170127674.pdf> e foi acessado em 03 de janeiro de 2013.

<sup>11</sup> A carga horária do CFO está em fase de readequação. Até 2013, a soma das cargas horárias do 2º e do 3º anos é de 2.890 horas-aula.

<sup>12</sup> De acordo com a Resolução 4210/2012, o CFSd passa a ser o curso destinado à formação de soldados, em substituição ao Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP).

<sup>13</sup> As informações referentes à carga horária referem-se aos cursos destinados à formação de profissionais do chamado quadro de fileira. Os cursos para os quadros de especialistas podem sofrer variação, considerando a inserção de conteúdo próprio.

curso é requisito para promoção à graduação de primeiro-sargento.

- Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS): na modalidade presencial, com carga horária de 686 horas-aula e com a finalidade de formar sargentos. Os discentes são convocados conforme parâmetros estabelecidos pelo Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais.
- Curso Intensivo de Formação de Sargentos (CIFS): na modalidade semipresencial, com a carga horária de 246 horas-aula presenciais e 90 a distância, tem a finalidade de formar sargentos. Os discentes são selecionados por concurso público interno, ao qual concorrem os cabos com mais de 10 anos e com no máximo 24 anos de efetivo serviço na corporação.
- Curso de Formação de Cabos (CFC): na modalidade semipresencial, com carga horária de 136 horas-aula presenciais e 110 a distância, destina-se a formar cabos. Os discentes são selecionados mediante concurso interno.
- Treinamento Policial Militar (TPM): evento cuja finalidade é fomentar a aquisição ou atualização, em curto prazo, de conhecimentos e habilidades relacionados à prática profissional.

O TPM é um evento de educação continuada e contempla as atividades posteriores ao ensino, com o objetivo de fomentar a aquisição ou a atualização de conhecimentos, de habilidades e de atitudes relacionadas ao desempenho profissional, em curto prazo. As Diretrizes da Educação da Polícia Militar preveem o treinamento extensivo - que deve ser realizado na própria unidade onde os militares prestam serviço, com frequência semanal ou quinzenal, de acordo com cada tipo: treinamento técnico; treinamento tático; de educação física e de defesa pessoal policial.

A modalidade intensiva do treinamento, denominada Treinamento Policial Básico (TPB), está a cargo do Centro de Treinamento Policial (CTP), na capital, e das companhias e adjuntorias de treinamento, no interior do estado.

Todos os policiais militares da ativa com menos de 29 anos de serviço devem participar bienalmente do TPB, independente da atividade que exerçam, do posto ou da graduação<sup>14</sup>. Em

---

<sup>14</sup> A obrigatoriedade de participação no TPB exclui os militares dispensados por problemas de saúde, de acordo com parecer médico que especifica de quais atividades ele pode participar, assim como aqueles que estejam, no período, participando de cursos de formação, habilitação ou adaptação na modalidade presencial.

linhas gerais, o TPB é realizado em uma semana, com aulas sobre conteúdos teóricos e práticos. Durante o TPB, o discente realiza uma prova escrita, um teste de capacitação física e uma prova prática com arma de fogo, devendo obter o aproveitamento mínimo de 60% em cada uma dessas atividades. A aprovação nas três provas do TPB é requisito para a participação de certas atividades na instituição, as quais incluem a inscrição nos concursos internos.

O ensino de nível superior compreende cursos de graduação e pós-graduação regulamentados pelo Sistema Estadual de Ensino:

- Curso de Especialização em Gestão Estratégica de Segurança Pública (CEGESP): na modalidade semipresencial, com 391 horas-aula, cuja finalidade é habilitar os tenentes-coronéis e majores para as funções dos cargos próprios de comando e para as funções privativas do posto de coronel. É requisito para a promoção ao último posto da PMMG.
- Curso de Especialização em Segurança Pública (CESP), na modalidade semipresencial, com 377 horas-aula, tem a finalidade de atualizar os conhecimentos dos capitães, habilitando-os para as funções de oficiais intermediários e superiores. É requisito para promoção a major.
- Curso de Especialização em Gestão de Polícia Ostensiva (CEGEPO): visa a especializar o aspirante-a-oficial na gestão de polícia ostensiva, em continuidade ao Curso de Formação de Oficiais<sup>15</sup>.
- Curso de Bacharelado em Ciências Militares (CBCM): na modalidade presencial, tem por finalidade formar o oficial para desempenho de funções típicas do quadro de Oficiais. A seleção dos candidatos é feita por concurso aos quais concorrem civis e militares que preencham os requisitos do edital. As DEPM preveem a permanência deste curso até o ano de 2013, época em que será encerrado junto ao Conselho Estadual de Educação<sup>16</sup>.
- Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública (CSTGSP): na modalidade presencial, com um total de 2000 horas-aula, incluindo estágio

---

<sup>15</sup> As DEPM/2012 não especificam em qual modalidade será realizado o curso.

<sup>16</sup> Refere-se ao prazo necessário para conclusão do CBCM que se iniciou em 2011. A previsão de encerramento decorre da implantação do CFO – já apresentado – curso cujos candidatos são selecionados em concurso público que tem, dentre os seus requisitos, a exigência do bacharelado em direito.

profissional supervisionado e atividades complementares, tem a finalidade de formar 2º tenentes. Os discentes são selecionados mediante concurso público dentre os policiais militares que possuam a graduação de subtenente, 1º ou 2º sargento com mais de 15 e menos de 25 anos de serviço, além de outros requisitos previstos em edital.

- Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (CSTSP): na modalidade presencial, com carga horária de 2030 horas-aula, tem a finalidade de formar sargentos. Os discentes são selecionados mediante concurso público, entre os cabos e soldados da PMMG que preencham os requisitos previstos em edital.

Incluem-se, ainda, nas atividades de ensino, o treinamento complementar, que compreende estágios e cursos que não sejam requisitos para ascensão na carreira; seminários, congressos e eventos similares e treinamentos específicos não previstos nas DEPM. O treinamento complementar pode ser realizado pela própria PMMG, ou fora dela, sempre mediante análise e autorização da APM.

A norma estadual mais recente sobre o ensino na PMMG é a Lei 20010, de 05 de janeiro de 2012, que dispõe sobre o sistema de ensino na instituição, prevendo que os seus órgãos integrantes são a Academia de Polícia Militar (APM) e os Colégios Tiradentes<sup>17</sup>.

A APM é comandada por um oficial ocupante do posto de Coronel e é constituída por sete unidades, cujos comandos são funções privativas de oficiais ocupantes do posto de tenente-coronel. À exceção do Centro de Atividades Musicais (CAM) e do Centro de Apoio Administrativo (CAE), as demais unidades da APM destinam-se às atividades de ensino e pesquisa, conforme se vê no quadro que se segue:

---

<sup>17</sup> Tendo em vista os objetivos propostos para este trabalho, não haverá, doravante, menção aos Colégios Tiradentes da Polícia Militar (CTPM), muito embora, a Lei 2010/2012 estabeleça, em seu artigo 6º, parágrafo único, que “os CTPMs mantém regime disciplinar compatível com o preparo para o ingresso à carreira militar...”.

**QUADRO 1:**  
**CENTROS DA APM E SUAS ATRIBUIÇÕES RELACIONADAS AO ENSINO**

Centro	Sigla	Atribuições	Cursos
Centro de Pesquisa e Pós-graduação	CPP	- Ensino superior de pós-graduação, pesquisa e editoração de obras técnico-científicas e periódicos institucionais. - Gestão da biblioteca da APM e do Museu Histórico da PMMG.	CEGESP CESP
Escola de Formação de Oficiais	EFO	- Formação dos oficiais bacharéis em Ciências Militares e tecnólogos em Gestão de Segurança Pública.	CEGEPO CFO/CBCM CHO <sup>18</sup> /CSTGSP
Escola de Formação e Aperfeiçoamento de Sargentos	EFAS	- Formação e atualização dos Sargentos.	CASP CSTSP CEFS CIFS
Escola de Formação de Soldados	EFSd	- Formação dos Soldados.	CFSd/CTSP
Centro de Treinamento Policial	CTP	- Execução do treinamento na região metropolitana de BH. - Coordenação metodológica do treinamento complementar.	Treinamento e extensão

Elaborado com base na Resolução 4194/2012, de 23/02/2012, e no Regimento da Academia de Polícia Militar.

O efetivo da PMMG é fixado anualmente por Lei Estadual. Para o ano de 2012, a Lei Estadual 19.987, de 28 de dezembro de 2011, estabeleceu o efetivo da instituição em 51.669 militares. A mesma lei detalha o efetivo que comporá os quadros<sup>19</sup>, nas diversas especialidades<sup>20</sup>, assim como o percentual de efetivo do sexo feminino<sup>21</sup>.

<sup>18</sup> Abreviação de Curso de Habilitação de Oficiais, ainda utilizada atualmente, muito embora a denominação atual do curso seja Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública.

<sup>19</sup> O efetivo da PMMG é organizado em quadros de oficiais (coronel, tenente-coronel, major, capitão e tenente) e de praças (subtenente, sargentos, cabos e soldados). A Lei estabelece o efetivo em cada um desses postos (oficiais) e nas graduações (praças).

<sup>20</sup> Inclui os especialistas das áreas de saúde, motomecanização, armamento, assim como o pessoal de fileira.

<sup>21</sup> Atualmente, o efetivo feminino é estabelecido em 10% do total previsto, nos quadros de Oficiais, de Oficiais Complementares e de Praças. Para os demais quadros, não há limite.

Para complementar o efetivo, são realizados concursos públicos para o acesso à carreira, o que se dá, no caso dos quadros de fileira, por meio de concurso público para provimento dos cargos de soldado e de segundo-tenente, sendo os aprovados na seleção pública matriculados nos cursos de formação. A aprovação no curso é requisito para investidura no cargo, o que equivale dizer que os alunos reprovados nos cursos iniciais da carreira são excluídos da PMMG.

Os demais cursos constituem requisito para investidura nos cargos de sargento, subtenente, major e coronel, conforme já foi detalhado anteriormente. Como o corpo discente desses cursos é composto por alunos que já eram policiais militares, a reprovação não representa exclusão da instituição, mas impede a promoção.

Decorre desse sistema uma imbricação entre cursos, posição hierárquica e acesso na carreira. A classificação final nos cursos posiciona os formandos em ordem decrescente, a partir do primeiro colocado, em um almanaque no qual são listados todos os policiais militares que ocupam um mesmo posto ou graduação. Em linhas simples, entre dois policiais que ocupam o mesmo cargo, aquele que está melhor posicionado no almanaque é considerado “mais antigo”, portanto, tem precedência hierárquica em relação aos listados em posições inferiores. Além disso, a pontuação final do curso compõe, junto com outros critérios, a ficha de promoção dos militares: uma maior nota na ficha representa melhor pontuação no percurso em direção ao próximo posto ou graduação.

Também em decorrência disso, a execução dos cursos de formação, habilitação e aperfeiçoamento prevê procedimentos para assegurar que não haja interferências externas ao discente na sua classificação. Dentre esses procedimentos, estão: o rigoroso cumprimento do programa e do plano das disciplinas, por todas as turmas; o caráter sigiloso das propostas de provas e de seus respectivos gabaritos; a realização da prova de uma mesma disciplina no mesmo horário para todas as turmas; a prática da mostra de provas subjetivas e de trabalhos, com oportunidade para que o discente recorra ao professor, quando entender que houve erro na correção, e ao comandante da escola, quando, tendo recorrido ao professor, a solução ainda não pareça justa aos olhos do aluno, dentre outras.

Além dos cursos destinados à formação de policial, foram implantados na APM, a partir de 2012, os cursos de especialização *latu senso* abertos também ao público civil, nas áreas de Direito Penal e Processual Militar; Direitos Humanos; Gestão Estratégica e Planejamento; Polícia Comunitária. Para os objetivos deste trabalho, no entanto, interessam os cursos

destinados exclusivamente à formação e à atualização de policiais militares.

O corpo docente dos cursos realizados pela PMMG é composto por professores civis e militares com titulação mínima de graduação, para o ensino técnico, e pós-graduação (especialização), para o ensino superior.

Nesse quadro em que se situa o ensino na PMMG é que se desenvolve, entre outras, a disciplina Produção Textual Policial, que se preocupa com os gêneros textuais em uso na instituição, selecionados, para cada curso, de acordo com a necessidade do futuro profissional. A situação dessa disciplina nos currículos atuais será apresentada no próximo capítulo.

### 3. A DISCIPLINA *PRODUÇÃO TEXTUAL POLICIAL* NA MATRIZ CURRICULAR

Os registros da história da PMMG demonstram que a instituição sempre se preocupou em realizar atividades que visavam ao aperfeiçoamento profissional dos seus integrantes. Demonstrem, também, que a natureza – assim classificados o treinamento e os cursos – e o foco – militar ou policial – dessas atividades tinha estreita ligação com o momento histórico em que se situava a instituição e, conseqüentemente, com as missões a ela atribuídas.

Assim, a reformulação dos cursos de formação e aperfeiçoamento, implantada a partir de abril de 2012, decorre da atual concepção que se tem sobre o perfil desejado para o profissional militar de segurança pública no estado, a exemplo do que ocorrera em outros momentos da história da instituição já apresentados neste trabalho: a instrução, prevista no primeiro regulamento da Força Pública, em 1894; a obrigatoriedade da utilização dos manuais do Exército Brasileiro, praticada a partir de 1936; a regulamentação do ensino policial, em 1973; as mudanças que resultaram, no final dos anos 1990, na modernização do currículo de formação básica. Como consequência desses movimentos, os currículos dos cursos também sofreram alterações, com vistas a propiciar a formação pretendida.

Não é objetivo deste trabalho resgatar como as disciplinas relacionadas à produção textual figuraram nos currículos dos cursos de formação da PMMG durante os anos. Contudo, cabe apresentar alguns dos registros, encontrados durante a pesquisa, que contribuem para perceber como esse assunto foi tratado, ao longo dos anos, nos manuais destinados às atividades de ensino na instituição<sup>22</sup>.

Com esse objetivo, no ano de 1965, o *Manual de Policiamento* já trazia orientações gerais sobre as circunstâncias em que se dava o registro das ocorrências, uma das fases da atuação do policial. O *Manual* esclarecia que o documento poderia ser redigido “em livro ou em impresso próprio, ou mesmo em folhas avulsas de papel almaço” (Santos, 1965, p. 48), e esclarecia que o texto deveria ter a seguinte estrutura: a) cabeçalho; b) texto: histórico, com a menção da data, do horário e do local; providências tomadas; rol das testemunhas; c) assinatura (nome, graduação e número do policial). Não há, no entanto, além de orientações

---

<sup>22</sup> Ao longo dos anos, a PMMG tem editado normas que tratam de assuntos os mais diversos, relacionadas às atividades institucionais. Dentre essas normas, incluem-se documentos que abordam o BO, com orientações sobre o seu uso e sobre aspectos técnicos. Tais documentos não serão tratados nesta pesquisa por não constituírem textos voltados ao ensino.

para que a escrita seja clara, simples e precisa, sem afastar a verdade e observando as regras válidas para os demais documentos oficiais, maiores esclarecimentos quanto aos aspectos retóricos e linguísticos para a produção do gênero. São apresentados, ao final dessas orientações, alguns exemplos de ocorrências policiais, provavelmente para que o leitor, o soldado, percebesse como deveria fazer sua própria escrita.

Em 1988, o *Manual do Soldado* (Felisberto, 1988), um dos volumes produzidos para compor a bibliografia básica do Curso de Formação de Soldados, aborda a redação do Relatório de Ocorrência Policial (ROP) e estabelece uma sequência básica para a elaboração do texto desse documento, dividida em três partes: a) introdução: menção à situação que gerou o atendimento – por solicitação de pessoas, por determinação superior, etc.; b) análise e descrição: a primeira, definida com os adjetivos *honesto*, *objetivo* e *imparcial*, consistia na avaliação do assunto e da coleta de esclarecimentos e informações, e a segunda, que era a descrição dos fatos, em um texto claro, simples e preciso, para proporcionar “uma visão do fato acontecido” (FELISBERTO, 1988, p. 134); c) conclusão, que é o registro das providências adotadas em relação ao fato. Embora o Manual contemplasse um maior detalhamento sobre a estrutura do texto, não apresentava teoria mais consistente sobre as escolhas textuais, nem sobre os efeitos que elas poderiam causar no documento.

Não foi possível identificar, nesta pesquisa, a época em que as disciplinas dedicadas exclusivamente ao ensino da produção textual passaram a figurar nos currículos da PMMG. Dessa forma, para reportar a uma época considerada relevante para o ensino na instituição, tomar-se-á como referência o ano de 1999, quando o curso para inclusão de soldados – o Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP) – já exigia o ensino médio como requisito para seleção de candidatos.

O Quadro 2, apresentado a seguir, foi elaborado com base nas matrizes curriculares estabelecidas pelas normas na PMMG que regularam o assunto nos anos de 1999, 2004, 2005 e 2009<sup>23</sup>, e apresenta os currículos do Curso de Formação de Oficiais (CFO), do Curso de Habilitação de Oficiais (CHO), do Curso de Formação de Sargentos (CFS), do Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS) e do Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP)<sup>24</sup>. O quadro apresenta, também, a presença da disciplina Língua Portuguesa nos currículos dos

---

<sup>23</sup> As versões selecionadas para a exposição no quadro não foram as únicas editadas no período de 1999 a 2010. Contudo, são suficientes para destacar a evolução das disciplinas que interessam ao presente estudo.

<sup>24</sup> A denominação nos cursos destacados no Quadro 2 vigorou até abril de 2012 quando, com a edição das novas DEPM, houve alterações nas concepções dos cursos e, conseqüentemente, nas matrizes curriculares, conforme já foi apresentado.

curso em questão, já que, apesar de possuírem objetivos distintos, tanto essa disciplina quanto as típicas de produção textual convergem para o uso da linguagem pelo profissional de segurança pública.

**QUADRO 2**  
**DISCIPLINAS RELACIONADAS AO ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL NOS**  
**CURSOS DE FORMAÇÃO DA PMMG NO PERÍODO DE 1999 A 2012<sup>25</sup>**

Cursos	1999		2004		2005		2009 <sup>(3)</sup>	
	Disciplinas	CH	Disciplinas	CH	Disciplinas	CH	Disciplinas	CH
Curso de Formação de Oficiais (CFO)	--	(1)	--	(1)	Técnica de Redação de Documentos	30 <sup>(1)</sup>	Redação de Documentos	30 <sup>(1)</sup>
Curso de Habilitação de Oficiais (CHO)	---	(1)	---	(1)	Redação de Documentos	30	Redação de Documentos	30
Curso de Formação de Sargentos (CFS)	Redação de Documentos	20 <sup>(1)</sup>	Redação de Documentos	20 <sup>(1)</sup>	Redação de Documentos	20 <sup>(1)</sup>	Redação de Textos e Documentos	40
Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS)	Redação de Documentos	20 <sup>(1)</sup>	Redação de Documentos	30 <sup>(1)</sup>	(2)	-	Redação de Textos e Documentos	40
Curso Técnico em Segurança Pública (CTSP)	Redação de Documentos	30 <sup>(1)</sup>	Redação de Documentos	20 <sup>(1)</sup>	Redação de Documentos	20 <sup>(1)</sup>	Redação de Documentos	20 <sup>(1)</sup>

Quadro elaborado com base nas Resoluções 3510/99; 3747/2004; 3797/2005 e 4023/2009.

<sup>(1)</sup> Cursos cujos currículos contemplavam a disciplina Língua Portuguesa.

<sup>(2)</sup> As DEPM do ano de 2005, aprovadas pela Resolução 3797/2005, não apresentaram a matriz curricular do CEFS.

<sup>(3)</sup> As DEPM editadas no ano de 2009 vigoraram até o mês de abril de 2012.

Como se pode observar, as disciplinas relacionadas ao ensino de produção textual estiveram presentes nos currículos dos cursos destacados no período de 1999 até o mês de abril de 2012 – ocasião em que as DEPM editadas em 2009 foram revogadas, para dar lugar à sua versão

<sup>25</sup> As denominações dos cursos apresentados no Quadro 2 correspondem aos termos utilizados até abril de 2012.

atual. Em relação ao CFO, apenas a partir de 2005 uma disciplina destinada exclusivamente ao ensino de produção textual tornou-se presente no currículo. Os cursos com maior carga horária nesse tipo de disciplina foram observados a partir de 2009, para o CFS e para o CEFS. Foi exatamente a partir desse ano, contudo, que o currículo de tais cursos deixou de contemplar a disciplina Língua Portuguesa.

No Quadro 3, apresenta-se a situação atual da disciplina que se dedica ao estudo da produção textual no Curso de Formação de Oficiais (CFO), Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública (CSTGSP), Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública (CSTSP), Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS) e Curso de Formação de Soldados (CFSd).

**QUADRO 3**  
**DISCIPLINAS RELACIONADAS AO ENSINO DE PRODUÇÃO TEXTUAL NOS**  
**CURSOS DE FORMAÇÃO DA PMMG A PARTIR DE ABRIL DE 2012**

<b>Cursos</b>	<b>Disciplina</b>	<b>CH</b>
Curso de Formação de Oficiais (CFO)	Produção Textual Policial	20
Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Segurança Pública (CSTGSP)	Produção Textual Policial	30 <sup>(1)</sup>
Curso Superior de Tecnologia em Segurança Pública: ênfase em policiamento ostensivo (CSTSP)	Produção Textual Policial	60
Curso Especial de Formação de Sargentos (CEFS)	Produção Textual Policial	30
Curso de Formação de Soldados (CFSd)	Produção Textual Policial	30

<sup>(1)</sup> Modalidade a distância.

Quadro produzido com base nas informações constantes da Resolução 4210, de 23 de abril de 2012, e no Programa de Disciplina do CFO/2012.

Atualmente, as disciplinas relacionadas ao ensino de produção de textos na PMMG são denominadas Produção Textual Policial. No Quadro 3 é possível observar que nos dois cursos destinados à formação de sargentos, o CSTSP e o CEFS, a carga horária da disciplina varia entre 60 e 30 horas-aula, respectivamente, o que decorre da concepção geral dos cursos, visto

que o primeiro possui carga horária total – 2030 h/a, superior à do segundo – 686.

Observa-se, ainda, que o curso de formação inicial para os futuros soldados teve a carga horária aumentada, comparando-se com o curso que anteriormente tinha a mesma finalidade, passando de 20 para 30 horas-aula.

Nos dois cursos destinados aos futuros oficiais (CFO e CSTGSP), também há diferenças na carga horária – 20 para o primeiro e 30 para o segundo – e na modalidade, já que, no CSTGSP, a disciplina se desenvolve a distância<sup>26</sup>.

Nos cursos da PMMG, as disciplinas relacionadas ao ensino da produção textual se desenvolvem em torno do ensino dos gêneros textuais mais utilizados na instituição. Tendo em vista a variedade de gêneros que se enquadram nessa situação, é necessário selecionar, para compor os programas e os planos de ensino, aqueles que mais se adequam às necessidades frequentes de cada profissional em formação.

Considerando a recente reformulação das DEPM e dos currículos dos cursos, não estão disponíveis todas as novas versões dos programas e dos planos das disciplinas que interessam à presente pesquisa. No entanto, tomando como base os programas e os planos anteriores, especialmente os referentes aos anos de 2005 a 2011, assim como os cursos já realizados sob a égide das normas recentes, pode-se perceber a recorrência de determinados gêneros em cada um dos cursos que têm sido abordados neste trabalho, conforme se vê no Quadro 4.

Para facilitar a percepção da esfera de utilização desses gêneros na PMMG, eles foram categorizados, no Quadro 4, como disciplinares – os que decorrem das normas previstas no Código de Ética e Disciplina dos Militares – administrativos – os que são comuns na administração pública de maneira geral – e os operacionais, próprios da atividade-fim da instituição.

---

<sup>26</sup> Nesse caso, em plataforma de ensino institucional, inserida na intranet da PMMG.

QUADRO 4  
GÊNEROS TEXTUAIS PRESENTES NOS PROGRAMAS DOS CURSOS DA PMMG

Gêneros	Natureza	CFO	CFS	CEFS	CTSP
Comunicação Disciplinar	D	x	x	x	x
Queixa Disciplinar	D	x	x	x	x
Relatório Reservado	D	x	x	∅	x
Razões Escritas de Defesa	D	x	x	x	x
Ata de Reunião do Conselho de Ética	D	x	∅	x	∅
Recurso Disciplinar	D	x	x	x	x
Requerimento	A	x	x	x	x
Ofício	A	x	∅	x	∅
Ata	A	x	∅	∅	∅
Memória	A	x	∅	∅	∅
Relatório	A	x	x	∅	x
Termo de Declarações	A	∅	∅	x	∅
Relatório de Sindicância	A	∅	∅	x	∅
Boletim de Ocorrência	O	x	x	x	x
Boletim de Ocorrência Simplificado	O	∅	x	∅	x

Natureza: A – Administrativo      D – Disciplinar      O – Operacional

x – Gênero existente no programa do curso

∅ - Gênero inexistente no programa

Quadro elaborado com base nos Planos de Disciplinas adotados no ano de 2011, nas disciplinas até então existentes para o CTSP – cujas versões 2012 ainda não estão concluídas. Para os demais cursos, utilizaram-se os Planos de Disciplinas adotados no ano de 2012.

O Quadro 4 demonstra que os programas de ensino dos cursos analisados contemplam gêneros de naturezas diversas, muito embora alguns deles não sejam recorrentes em todos os cursos, como é o caso do Termo de Declarações e do Relatório de Sindicância, que, no entanto, são abordados, ainda que sob ótica diversa, em outras disciplinas<sup>27</sup>. Alguns dos gêneros, por exemplo, não são próprios das funções exercidas pelo profissional a ser formado, o que explica sua ausência no programa e no plano de ensino. É o caso da Ata de Reunião do Conselho de Ética e Disciplina, cujos membros são, em regra, oficiais e sargentos, o que torna esse gênero menos relevante para o currículo dos cursos que visam a formar soldados.

<sup>27</sup> Alguns dos gêneros de natureza disciplinar também são estudados em disciplinas que se preocupam com aspectos mais práticos da utilização dos documentos, tais como Procedimentos Administrativos para os cursos de oficiais – em cujo Programa estão incluídos o Termo de Declarações e o Relatório de Sindicância – ou Legislação Institucional, para todos os cursos, nos quais estão inseridas a Comunicação Disciplinar e a Queixa Disciplinar, no entanto, os objetos dessas disciplinas não são os aspectos linguísticos dos documentos.

O BO, no entanto, é um gênero que importa a todos os postos ou graduações, pois tanto soldados quanto sargentos e oficiais, empregados nas atividades operacionais, podem utilizá-lo profissionalmente. É, de fato, o gênero que mais desperta interesse entre os alunos; mesmo aqueles que já o utilizavam antes do curso – como é o caso dos discentes dos cursos destinados à formação de sargentos e, em alguns casos, dos cursos os quais recebem os futuros oficiais – percebem-no como um objeto que pode e deve ser explorado sob muitos aspectos, justificando sua presença em todos os programas considerados.

A partir dessa visão mais geral sobre as disciplinas cujo objetivo principal é o estudo dos gêneros textuais na PMMG, o foco desta abordagem voltar-se-á, a partir de agora, para o BO como objeto de estudo em pesquisas acadêmicas.

#### 4. O BOLETIM DE OCORRÊNCIA COMO OBJETO DE ESTUDO

Como já foi demonstrado, o BO é objeto de estudo e de interesse dos policiais militares de maneira geral. É esse o gênero que, pode-se dizer, mais representa a instituição, visto que é ele que contém os registros da atuação policial-militar nas atividades que projetam a finalidade da existência da instituição.

O BO é definido como o registro ordenado dos fatos ou atividades relacionados com a ocorrência que exigir a intervenção policial. Dessa forma, o BO leva ao conhecimento da autoridade judiciária, assim como a órgãos públicos e particulares, informações sobre a *notitia criminis* (MINAS GERAIS, 2003).

Trata-se, o BO, de uma forma relativamente estável de enunciado, que se enquadra, por esse motivo, no que foi denominado por Bakhtin (2003, p. 262) como gênero do discurso<sup>28</sup>. Para Bakhtin, determinadas esferas da atividade humana e da comunicação correspondem a determinados estilos de linguagem ou funcionais, que nada mais são do que os estilos de gênero. Já que a comunicação humana se concretiza por meio de gêneros, nas diversas situações discursivas, é necessário dominar essas formas estáveis para participar das atividades sociais.

É com o objetivo de criar condições para que os discentes se apropriem das estratégias para produzir o BO que as disciplinas relacionadas à produção textual têm se preocupado em discutir e gerar reflexões a respeito da constituição desse documento como gênero textual. Assim, espera-se que, a partir do exame das condições específicas e das finalidades do campo em que o BO é utilizado, os discentes percebam as características desse gênero, refletidas no seu conteúdo, seu estilo de linguagem e em sua construção composicional, que, para Bakhtin (2003, p. 261), estão estreitamente relacionadas ao conjunto dos enunciados.

O estudo do conteúdo, do estilo de linguagem e da construção composicional do BO permite, e requer, abordagem dos aspectos relacionados ao tema próprio do gênero, à estrutura, aos

---

<sup>28</sup> A importância dos estudos referentes aos gêneros têm se traduzido numa rica produção teórica a respeito desse objeto. Conforme demonstra Dell'Isola (2012), o termo gênero é empregado com algumas variações (gênero discursivo, gênero do discurso e gênero textual) por pesquisadores que se orientam a partir de abordagens sociosemiótica, sociorretórica e sócio-discursiva. Bakhtin e Maingueneau se inserem na última, muito embora suas concepções não se igualem em todos os aspectos. Nesta pesquisa, abraça-se a concepção de Bakhtin.

elementos típicos dele, assim como abordagem da seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais. Abre-se um vasto terreno a ser explorado, por professores e alunos, na busca pela compreensão de que as diversas possibilidades de escolhas do relator<sup>29</sup> (escritor) podem conferir efeitos diferenciados ao texto final e aos desdobramentos da própria atuação policial.

Levar para a sala de aula práticas que decorrem de constatações provenientes de estudos acadêmicos legitima o discurso dos docentes, além de oferecer a eles próprios o suporte teórico que lhes permita abordar o gênero textual na sua amplitude.

Estudos que tomam o BO como objeto de análise têm demonstrado que esse gênero permite e requer análises sob pontos de vistas variados, o que possibilitará definir aspectos teóricos que possam embasar os estudos do gênero. Com fulcro nesse entendimento, serão apresentados, a seguir, alguns estudos acadêmicos já desenvolvidos sobre os aspectos linguísticos do BO.

Alkimin (2004) defende que, no momento em que o BO de trânsito<sup>30</sup> é redigido, está instaurada uma arena discursiva, que se configura pela dinâmica própria de um local de ocorrência policial, no qual cada envolvido procura demonstrar ao policial o seu ponto de vista sobre os fatos acontecidos. Após ouvir o que esses envolvidos disseram, o policial se encarrega de dirigir-lhes perguntas, a fim de esclarecer pontos específicos, com o objetivo de redigir o BO, no qual retextualiza tais falas, preocupando-se “não apenas com a exigência de elaborar um registro imparcial e objetivo de falas que podem ser contraditórias entre si, mas também com normas institucionais que definem a estrutura e o tipo de linguagem a serem empregados” (ALKIMIN, 2004, p. 17). Nessa arena, Alkimin (2004) identifica situações de uso da língua oral e escrita, esta última representada pela escrita do texto e, na sequência, pela leitura do BO pelo próprio policial ou pelos envolvidos, antes que o documento seja considerado definitivo e encerrado.

Alkimin (2004) discute aspectos referentes à relação da língua oral com a escrita, à questão da textualidade e da leitura, assim como estuda a polifonia e os personagens envolvidos no Boletim de Ocorrência de trânsito. Para tanto, apoia-se, principalmente, no aparato teórico da semiolinguística<sup>31</sup>, da teoria da textualidade<sup>32</sup> e da Psicologia Social. Em suas análises, Alkimin (2004) identifica que, no BO de trânsito, muitas vezes o policial se preocupa em utilizar o discurso direto ou o discurso indireto com o objetivo de deixar claro que as palavras

---

<sup>29</sup> *Relator* é o termo empregado na PMMG para denominar o policial militar que produz o BO.

<sup>30</sup> Alkimin (2004) desenvolve sua pesquisa a partir de ocorrências referentes a acidentes de trânsito.

<sup>31</sup> Com fundamento nas pesquisas de Patrick Charaudeau.

<sup>32</sup> Com base nos estudos de Robert-Alain de Beaugrande.

são de uma ou outra pessoa. Dessa forma, quando o policial assina o BO, ele se torna “responsável pela produção do documento, não exatamente dos relatos sobre a ocorrência” (ALKIMIN, 2004, p. 138). Assim, a autora observa casos em que o policial enunciator “procura se ocultar, deixando a voz do outro assumir a progressão do texto, num relato em discurso direto ou indireto” (ALKIMIN, 2004, p. 155), como nos fragmentos em que se observam expressões do tipo “segundo a versão do autor” e “fomos informados pelas testemunhas que”, por exemplo.

Para Alkimin (2004), as condições reais em que se dá a produção do BO de trânsito devem ser consideradas por ocasião das atividades didáticas relacionadas ao ensino do gênero, e isso inclui “uma certa competência para simular, o mais amplamente possível, a *mise en scène* em que se desenvolveria o seu ato de linguagem, numa verdadeira situação de uso” (ALKIMIN, 2004, pág. 194). Dessa forma, a preparação do policial para registro de ocorrências não pode se ater, apenas, às questões gramaticais, sejam elas no nível da palavra, da frase ou do texto.

Tratando dos passos do Tribunal do Júri, Lima (2006) atribui ao BO papel fundamental nos rumos do inquérito, uma vez que registra as informações colhidas no local em que ocorreu um crime<sup>33</sup>, bem como as primeiras providências adotadas em decorrência do acontecido. Lima (2006) constatou a tentativa do policial relator de distanciar-se na descrição do fato, recorrendo a verbos modais e pronomes de 1ª pessoa do plural quando tratava de informações que ele próprio não poderia confirmar, tais como em “fomos informados pela primeira test. que, ouviu uns tiros, aprox. as 01:15 hs no int. da resid.” (LIMA, 2006, p. 167). Por outro lado, na existência de uma oscilação entre a 1ª pessoa do plural e a 1ª pessoa do singular, na utilização de verbos tais como *constatei* e *comuniquei*, o policial relator se revela, o que é percebido pela autora como uma demonstração de que ele “escorregou”, revelando o que seria um determinado envolvimento emocional com o fato que cuidava de registrar.

O mesmo envolvimento emocional é descrito por Lima (2006) na passagem em que o policial relator seleciona o verbo *estirar* e o substantivo *piso*, para dizer que “a vítima se encontrava sem vida, estirada no piso [...] do quarto de sua residência”, na medida em que essas escolhas representam a cena de forma muito dura, fazendo despertar sentimentos em relação ao fato narrado. Embora não seja possível, como ressalta Lima (2011), afirmar que tenha sido intenção do policial despertar emoções em seu interlocutor, o relator “deixou escapar em seu texto, aparentemente desprovido de qualquer marca de subjetividade e também qualquer *visée*

---

<sup>33</sup> O BO analisado por Lima (2006 e 2011) data do ano de 1980 e relata um crime de homicídio.

emocional, elementos que, nessas circunstâncias comunicativas, poderiam conduzir e mesmo revelar marcas de emoção” (LIMA, 2011, p. 141).

Tristão (2007) fundamenta seus estudos sobre o gênero BO na semântica da enunciação e analisa aspectos referentes à *dêixis* espacial que estão presentes no gênero. Tristão (2007) observa que algumas peculiaridades próprias do estilo que caracteriza o gênero, tais como a concisão e a predominância do discurso indireto, representam limitações às quais o relator se submete. Além disso, constata a existência de estratégias que visam a assegurar a instauração e a manutenção das referências espaciais, o que se dá pelas modulações enunciativas do espaço: instalação, encapsulamento e ancoragem. O pesquisador observa, nos exemplares analisados, que pronomes demonstrativos exercem a função de situar os enunciadores no espaço, além de sinalizar sua movimentação na cena enunciativa.

Tristão (2007) concorda que “no processo de seleção de dados, o militar exerce influência subjetiva”, o que o leva a “ferir o princípio fundamental do gênero, que é a garantia da impessoalidade na apresentação e organização dos fatos que compõem a ocorrência” (TRISTÃO, 2007, p. 111). Nesse sentido, dialoga com Alkimin (2004) e Lima (2006; 2011) no que se refere ao entendimento de que a própria natureza da ocorrência pode determinar a mudança no estilo ou na forma como se espera que se faça a condução do texto.

Os estudos apresentados permitem destacar a importância das escolhas feitas pelo policial que produz um BO. Simples projeções a partir desses estudos possibilitariam antever como tais seleções podem determinar leituras diferentes, a partir dos objetivos e dos papéis exercidos pelos usuários: poderia, por exemplo, alguém interessado em desqualificar o texto, e conseqüentemente a versão registrada nele, argumentar que a narrativa é comprometida pelo envolvimento emocional do relator, a partir de pistas identificadas por Lima (2006; 2011).

Os estudos já realizados sobre o BO encaminham para o consenso de que há justificativas para que se invista, ainda mais, no ensino da produção textual desse gênero. Da mesma forma, considerando que o BO produzido na PMMG é, ainda, um gênero sobre o qual poucos estudiosos da linguística se debruçaram, ressalta-se a importância de perseguir novas instâncias de análise, a fim de que se obtenha um arcabouço teórico e metodológico que permita estudar, com os alunos policiais, o conjunto desse documento.

Jogando luz sobre as atividades voltadas para o ensino, os estudos já apresentados sugerem formas de abordar o gênero BO com os discentes dos cursos de formação e habilitação, de

maneira a despertar neles visão mais crítica sobre os efeitos que as escolhas linguísticas podem fazer aflorar aos olhos do leitor – e dos próprios alunos. Dessa forma, a partir da análise de Boletins de Ocorrências produzidos em situação real de uso, pode ser possível fazer com que os discentes policiais, colocados na posição de leitores, percebam efeitos que provavelmente não teriam notado caso se mantivessem firmados exclusivamente na posição de relatores.

Com o objetivo de demonstrar uma outra possibilidade de abordagem do BO, esse gênero será objeto de reflexão, no próximo capítulo, com base nas teorias da enunciação, especialmente as de Maingueneau (1997) e Fiorin (1998), com o objetivo de conduzir a análise do gênero no sentido de identificar como o sujeito enunciador projeta imagens do policial militar, o que será feito a partir do levantamento do percurso semântico, conforme proposto por Faria (2001).

## 5. PARA UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA DO BOLETIM DE OCORRÊNCIA

A percepção do cenário em que, de maneira geral, se dá a escrita do BO permite observar a complexidade da situação. No ambiente em que se desenrola uma ocorrência policial, geralmente há vários personagens, cujas versões muitas vezes são divergentes, o que decorre das maneiras pessoais de avaliar o evento ou mesmo dos interesses individuais dos envolvidos. Via de regra, todas essas versões são importantes para o registro do fato, uma vez que não compete ao relator avaliar qual delas é realmente verídica, mas levá-las ao conhecimento das autoridades que têm por atribuição esclarecer o que realmente aconteceu.

Não se pode desconsiderar que, nesses textos, são comuns as narrativas em que, além de registrar a versão das pessoas envolvidas (vítimas, autores e testemunhas), o policial relator também insere informações prestadas por ele mesmo. Isso acontece quando, após fazer-se presente no local da ocorrência, presenciou parte dos acontecimentos ou adotou medidas que devem ser registradas para o perfeito entendimento sobre o que ocorreu. Cabe ao policial relator do documento, portanto, utilizar-se de recursos linguísticos para demarcar a fala dos personagens, de acordo com as informações que cada um realmente prestou, além de indicar, quando é o caso, que assume ele próprio a responsabilidade sobre um ou outro esclarecimento inserido na narrativa.

Há casos, no entanto, em que a alternância de vozes não ganha tanto destaque, em virtude da própria natureza dos acontecimentos a serem narrados. Às vezes o fato a ser registrado é tão desprovido de divergências, é tão evidente em suas circunstâncias que a voz do próprio relator se faz adequada para contá-los.

Para a presente pesquisa, escolheu-se tratar de um fato dessa natureza. Um evento ocorrido em Belo Horizonte, no mês de janeiro de 2012, cujas peculiaridades fizeram ressaltar, não somente o drama das pessoas vitimadas, mas, por outro ângulo, também a atuação dos policiais que se empenharam na ocorrência.

## 5.1 Arcabouço teórico para análise

Para a análise proposta neste trabalho, partir-se-á do conceito de sujeito, ou lugar de enunciação, abordado por Maingueneau (1997), que descreve: o sujeito linguístico, o sujeito da formação discursiva<sup>34</sup> e o sujeito genérico. Para a presente análise, importa o sujeito genérico, aquele que parte da identificação do lugar enunciativo possível e cuja voz está registrada no BO, neste caso, “o recorte genérico” proposto por Maingueneau (1997, p. 35).

Se os gêneros decorrem das situações práticas de comunicação, pode-se dizer que eles também se limitam a regras dessas mesmas situações. O BO, como exemplo, sofre, além das restrições de forma, visíveis em primeira instância, as decorrentes do caráter institucional desse gênero, que implicam em “articular o ‘como dizer’ ao conjunto de fatores do ritual enunciativo” (MAINGUENEAU, 1997, p. 36). Maingueneau (1997) salienta as ordens que se relacionam às condições dos gêneros. A primeira ordem é a comunicacional, que está ligada ao meio em que o gênero é transmitido, à forma de transmissão, à maneira de processá-lo (lido, cantado), assim como às condições de tempo e espaço em que se dá a produção, ou seja, situações de lugar e momento coerentes com a realização linguística específica, necessárias para legitimar o gênero. A segunda, estatutária, está vinculada ao estatuto que o enunciador genérico assume e atribui ao seu co-enunciador. Dessa forma, a situação prática de produção do BO implica um tempo e lugar coerentes com esse enunciado, uma forma própria de transmissão, de difusão e de utilização, além da existência de um sujeito genérico competente para tomar voz.

Destacando o aspecto comunicacional proposto por Maingueneau (1997), tem-se que o BO atualmente produzido na PMMG é elaborado de forma escrita, digitalizado, mais frequentemente<sup>35</sup> na plataforma do Registro de Eventos de Defesa Social (REDS), ou seja, utilizando as tecnologias da *internet*. Tempo e lugar de produção de um BO são aqueles que se vinculam ao atendimento de uma ocorrência policial que gerou, neste caso, a atuação da Polícia Militar.

---

<sup>34</sup> O sujeito linguístico, que interessa à linguística, não é objeto de estudos na Análise do Discurso, já que não se presta a identificar o enunciador do discurso, sujeito que se constrói historicamente. O sujeito da formação discursiva decorre da relação entre os discursos materializados pelos enunciados.

<sup>35</sup> Predominam na PMMG os BO produzidos no meio informatizado, com recursos da *internet*. No entanto, permanece o formulário impresso, com os mesmos campos do ambiente digital, para eventuais casos que, em virtude de falhas técnicas, este não possa ser utilizado.

Para que se entenda melhor o exemplo a ser apresentado neste estudo, interessa esclarecer que o tempo da produção efetiva, assim entendida a redação propriamente dita, pode sofrer variações em decorrência de dois aspectos principais, que serão abordados com alguns detalhes. O primeiro se relaciona ao intervalo entre o momento do fato propriamente dito (aquele que implicará o acionamento da PM) e a chegada dos policiais ao local. Tendo em vista os possíveis desdobramentos de um BO, as demandas legais e administrativas que decorrem dele, é relevante que esse deslocamento temporal fique registrado no documento. Assim, se o atendimento resulta, por exemplo, de um acionamento via número para chamada de emergências policiais (o 190, em Minas Gerais), geralmente existem lapsos temporais entre o fato motivador do acionamento, o acionamento da polícia, a chegada dos policiais ao local (que marca o início da atuação) e o encerramento da atuação policial. Esses momentos, além de contribuírem para um entendimento mais claro sobre as circunstâncias como o fato se deu, também são utilizados, institucionalmente, para avaliar a eficiência do atendimento ao cidadão, já que, em princípio, quanto menor o tempo entre o segundo momento (o acionamento) e a chegada dos policiais (que marca o início da atuação) mais rápida foi a resposta institucional<sup>36</sup>. Há casos, porém, em que o fato ocorre na presença do policial e, dessa forma, o momento do fato motivador e o do início da intervenção coincidem. Esses casos são denominados, para fins de classificação do acionamento, de “ocorrências de iniciativa” ou aquelas em que “o policial deparou-se com a ocorrência”.

O segundo aspecto que pode interferir na condição comunicacional relacionada ao tempo e ao lugar de produção é a possibilidade, prevista em normas institucionais, de que o registro da ocorrência não se faça exatamente no local do fato e no momento em que a ocorrência se desenrola. Sem maiores aprofundamentos nas questões técnicas ou operacionais, pode-se afirmar que há duas possibilidades para o tempo da escrita propriamente dita, cujas denominações classificam as ocorrências em “de registro imediato” e “de registro posterior”. Em breves linhas, as *ocorrências de registro imediato* são aquelas que, em virtude de suas peculiaridades (por exemplo, a existência de pessoas conduzidas ou de material apreendido), requerem que o fato seja levado imediatamente ao conhecimento da autoridade destinatária do BO, ou seja, o texto deve ser produzido e encerrado tão logo se conclua a intervenção policial; as *ocorrências de registro posterior* são aquelas cujas peculiaridades permitem um intervalo

---

<sup>36</sup> A consideração quanto à eficiência que se pode medir em decorrência dos intervalos de tempo entre essas etapas depende, certamente, de análises mais amplas do contexto, consideradas caso a caso, tais como: recursos materiais e humanos disponíveis, coincidência do fato tratado com outros de maior vulto e que podem requerer prioridade de atendimento, situações que interfiram no deslocamento dos policiais (tais como congestionamento do trânsito), dentre outros. De qualquer maneira, tais análises somente podem ser desenvolvidas a partir da existência dos registros em questão.

de tempo maior para o registro<sup>37</sup>.

Com essas informações, pode-se constatar que, embora a condição comunicacional de produção do BO seja regulada por circunstâncias do próprio fato e por normas institucionais, há limites de tempo e de lugar coerentes com o gênero.

Quanto ao estatuto do enunciador genérico do BO, pode-se dizer que ele fala do lugar de um policial militar empenhado no evento. Dessa forma, o policial relator do BO faz-se presente no ambiente onde se desenrolou a ocorrência, colhe informações e produz o documento, selecionando estrutura formal e conteúdo próprios do gênero.

Muito embora, conforme já foi dito, o sujeito enunciador sofra restrições próprias do gênero, ele também opera, de acordo com Fiorin (1998) certa manipulação no discurso, em decorrência dos efeitos que pretende causar no interlocutor. Para essa manipulação, consciente ou inconsciente, o sujeito enunciador ativa a imagem que faz do interlocutor para orientar suas próprias escolhas com vistas a atingir seus objetivos discursivos. Assim, “o falante organiza sua estratégia discursiva em função de um jogo de imagens: a imagem que ele faz do interlocutor, a que ele pensa que o interlocutor tem dele, a que ele deseja transmitir ao interlocutor etc.” (FIORIN, 1998, p. 18).

Como resultado dessa manipulação, o sujeito enunciador deixa transparente, no discurso, sua própria visão de mundo. A visão de mundo de uma determinada classe social é definida por Fiorin (1998) como *formação ideológica*. A formação ideológica é estreitamente ligada à linguagem, uma vez que nesta residem as ideias. Ao conjunto de temas e figuras que materializam uma dada visão de mundo, Fiorin (1998, p.32) denomina *formação discursiva*. É com o aprendizado linguístico que o homem assimila as formações discursivas que acionará para construir seus próprios discursos:

Por isso, o discurso é mais o lugar da reprodução que o da criação. Assim como uma formação ideológica impõe o que pensar, uma formação discursiva impõe o que dizer. Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. (FIORIN, 1998, p. 32)

---

<sup>37</sup> A possibilidade de registro posterior da ocorrência também contribui para a melhor prestação de serviço, na medida em que libera os policiais, mais rapidamente, para empenho em outra ocorrência.

Dessa forma, caminha-se para a percepção de que o BO deixa transparecer uma visão de mundo da classe que o produz<sup>38</sup>, representada, em cada exemplar, pelo sujeito enunciador. Para Faria (2001), o discurso tem duas dimensões, já que carrega visões de mundo que se opõem: o intradiscurso, no qual repousa a visão de mundo defendida pelo discurso; e o interdiscurso, do qual emerge uma visão de mundo que se opõe à primeira, contradizendo-a tacitamente. O intradiscurso permite constatar a posição de mundo assumida pelo sujeito enunciador, projetada no percurso semântico, este constituído pelos percursos temático e figurativo.

O percurso temático é a “manifestação isotópica, mas disseminada de um tema, redutível a um espaço temático” (GREIMÁS & CÓURTES, 2008, p. 496). Segundo os mesmos autores, o percurso figurativo se refere à associação de figuras relacionadas a um mesmo tema. Lara e Matte (2009) definem isotopia como:

a recorrência de figuras sêmicas ao longo de um texto, sejam elas temáticas (abstratas) ou figurativas. Trata-se de uma espécie de plano de leitura que confere ao texto uma unidade de sentido. A partir dessa definição, podemos perceber que a coerência semântica do discurso é função de isotopias temáticas e figurativas ou de uma isotopia temática ao menos (LARA; MATTE, 2009, p. 70).

A partir desses conceitos é que se fará, a seguir, a análise de um BO, buscando identificar, nos termos propostos por Faria (2001), o discurso que se projeta sobre o trabalhador policial-militar, no percurso semântico desenvolvido. Visando a ampliar a percepção sobre a formação discursiva em questão, também será analisado outro texto, especificamente um informativo institucional, produzido em consequência dos mesmos acontecimentos descritos no BO.

## 5.2 Os acontecimentos e os textos que falam deles

O exemplar do BO objeto desta análise foi produzido em janeiro de 2012. A escolha desse exemplar baseou-se em dois aspectos principais: a) o fato relatado foi amplamente divulgado pela imprensa, uma vez que gerou grande comoção social na capital mineira; b) dentre os

---

<sup>38</sup> A imagem que o orador constrói sobre si mesmo no discurso recebeu, de Aristóteles, a denominação de *ethos*. A partir do emprego na retórica clássica Aristotélica, o *ethos* recebeu destaque nos estudos pragmáticos desenvolvidos por Ducrot. Mais recentemente, o *ethos* voltou à tona com Maingueneau que, nos estudos da Análise do Discurso, o desenvolve em relação à cena da enunciação, que pode ser, de forma mais ou menos livre, escolhida pelo locutor. (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006).

desdobramentos da ocorrência, estão repercussões para os próprios policiais que atenderam a ocorrência, como o reconhecimento de uma atuação bem sucedida, o que resultou na elaboração de um informativo institucional que, também analisado, permitirá observar um mesmo fato sob perspectivas diversas. Para facilitar o entendimento dos acontecimentos, far-se-á, a seguir, breve exposição sobre eles.

No final de 2011 e nos primeiros dias do ano de 2012, a cidade de Belo Horizonte foi atingida por fortes chuvas, o que produziu enchentes e alagamentos em várias partes da cidade. Como tem sido lamentavelmente comum nesses casos, muitas famílias foram afetadas, sofrendo perdas físicas e materiais. Também como tem sido recorrente, os órgãos de imprensa intensificaram a cobertura dos episódios que decorreram do fenômeno meteorológico, mostrando que havia problemas em diversas regiões da cidade, atingindo moradores de classes sociais distintas.

No noticiário matinal do dia 02 de janeiro de 2012, um episódio chamou para si os holofotes: naquela madrugada, um prédio desabara na região noroeste de Belo Horizonte. As notícias eram uníssonas em contar que, por volta de meia noite, uma moradora percebera características que indicavam risco na estrutura do prédio. A moradora saiu do edifício e abordou uma viatura policial que passava pela rua, pedindo socorro para retirar seu filho do imóvel e alertar os demais moradores.

Os policiais eram componentes da guarnição<sup>39</sup> denominada Comando Tático do 34º Batalhão da PMMG. Na divisão territorial que origina o planejamento operacional da PMMG, batalhões são responsáveis por uma determinada extensão territorial, denominada *área*, que inclui vários bairros. As áreas dos batalhões são divididas em subáreas, sob responsabilidade das companhias de policiamento. Cada subárea possui efetivo e recursos materiais destinados ao empenho, prioritariamente, na extensão territorial que lhe cabe. A companhia tático móvel atua no chamado *recobrimento*, ou seja, na extensão territorial total de um batalhão, e por isso transita em todas as subáreas, apoiando as demais guarnições e atendendo ocorrências de maior vulto. Comando Tático designa, também, o oficial responsável pela coordenação e pelo controle do policiamento de recobrimento. A viatura do Comando Tático é composta pelo oficial e por praças, cabos ou soldados, estes chamados *patrulheiros*, dos quais um exerce

---

<sup>39</sup> Guarnição é o termo genérico em uso na PMMG para indicar equipes motorizadas de policiamento, a comando de um policial militar que a integra. De maneira mais específica, significa as unidades de execução físicas situadas numa mesma sede, o que inclui o conjunto de edificação, pessoal e recursos logísticos. Neste trabalho, o termo guarnição será utilizado no primeiro sentido, o genérico, para se referir à equipe que compunha o Comando Tático.

prioritariamente a função de motorista.

O turno de serviço do Comando Tático estava próximo do encerramento, e os policiais faziam o que esperavam ser a última ronda quando foram abordados pela moradora. Percebendo que o prédio realmente apresentava risco de desabamento<sup>40</sup>, os policiais iniciaram procedimentos para retirar os moradores que permaneciam no imóvel. A primeira providência foi acionar o dispositivo sonoro da viatura, a sirene, de maneira a acordar os demais moradores, chamando-os para fora do prédio. Embora percebessem o risco de desabamento, os policiais decidiram entrar na edificação e retirar de lá algumas pessoas que ainda permaneciam, a exemplo de duas crianças que estavam sozinhas em casa, ação que se concluiu poucos segundos antes que o prédio desabasse totalmente.

O BO registra que o empenho da guarnição Comando Tático se deu, por iniciativa, aos cinco minutos do dia dois de janeiro de 2012. Esse horário coincide com o acionamento já que, devido às circunstâncias, tratou-se de uma ocorrência *de iniciativa*. O histórico do BO, parte narrativa do documento, registra a participação dos policiais militares integrantes do Comando Tático, assim como de outros profissionais da PMMG, do Corpo de Bombeiros, da Defesa Civil, da Guarda Municipal e de outros órgãos responsáveis pela prestação de serviços relacionados ao gerenciamento do trânsito e ao abastecimento de luz, água e esgoto, que se fizeram presentes no local.

Algumas passagens do BO destacam ações do oficial Comando Tático, sugerindo que dele partiram atitudes que determinaram a sequência de procedimentos, tais como em:

... notou uma fenda no asfalto de frente ao prédio...

... imediatamente acionou a sirene da viatura para acordar os residentes ...

... pediu a prioridade para a todos no atendimento daquela ocorrência<sup>41</sup>... (grifos nossos)

---

<sup>40</sup> As ocorrências policiais são categorizadas em naturezas que resumem o acontecimento. O BO em questão recebeu a natureza E01256, referente a eventos de desabamento ou desmoronamento. Embora se saiba que, tecnicamente, existam diferenças entre desabar e desmoronar, utilizam-se, neste trabalho, como parece ter sido adotado no BO, ambos os termos com o sentido de representar o evento que significou a queda do edifício.

<sup>41</sup> *Pedir prioridade* é um termo utilizado nas comunicações operacionais da PMMG e corresponde ao ato de sinalizar, via rede de comunicações, que um fato em acontecimento requer atenção especial, o que pode se dar em virtude da gravidade do fato ou da existência de grande número de vítimas a serem socorridas, por exemplo.

Essas passagens conduzem para a caracterização da atuação do oficial como comandante: a ele coube perceber a gravidade do problema e iniciar medidas que determinaram a atuação da equipe. Muito embora esteja claro o trabalho harmônico da guarnição, representado em outras passagens do texto – inclusive nos momentos em que todos os integrantes do Comando Tático entraram na edificação e agiram no salvamento dos moradores – o detalhamento das ações iniciais do oficial faz destacar valores próprios de instituições militares. Isso porque, numa operação policial militar, sempre há um profissional em função de comando, a quem cabe conduzir a atuação dos demais para que a missão, que pode envolver risco à vida dos próprios policiais e de cidadãos civis, seja executada da melhor maneira.

O tenente é, na instituição policial, o gerente intermediário do nível de execução. Em documento normativo interno da PMMG, que se dedica a difundir reflexões sobre o papel desse oficial, fica destacado o fator liderança, definido como “a confiança em si mesmo, a ascendência moral, o espírito de sacrifício, o sentimento de justiça, a iniciativa, a decisão, a dignidade e a coragem” (PMMG, 1993, p. 2).

Não seria de se esperar, no entanto, que os demais integrantes de guarnição fossem compelidos, por uma ordem do comandante, a arriscar suas próprias vidas. Percebendo todos o iminente desabamento, caberia a cada um decidir entrar ou não na edificação na tentativa de acordar e retirar os moradores que lá estavam. Algumas informações do BO indicam que todos os integrantes do Comando Tático agiram em conjunto, especialmente pelo emprego dos verbos de ação na terceira pessoa do plural e pelo uso de pronomes e termos que incluem o inteiro da equipe:

- ... outros foram retirados pelos militares que os alertaram entrando no prédio e avisando quanto ao risco de desabamento...
- ... durante a operação de salvamento os militares notaram que as colunas de sustentação do prédio já estavam estalando e ruindo...
- ... alarmaram mais ainda os residentes do prédio e apressaram o resgate das duas crianças... (grifos nossos)

O BO se presta a registrar os fatos que geraram a intervenção da PMMG. Por esse motivo, é comum que o enredo de um BO gire em torno de acontecimentos e de pessoas que não os próprios policiais. Isso porque, via de regra, a participação destes, quando registrada no BO, é um desdobramento do fato principal. Assim, em uma ocorrência cuja natureza seja roubo, por exemplo, a ação contra o patrimônio, as consequências para as vítimas, o material subtraído,

as ações do infrator recebem realce, sendo posicionadas em destaque no histórico do BO, geralmente nas primeiras linhas do texto. Nesses casos, quando é necessário registrar ações dos policiais – por exemplo, a prisão dos autores do crime, orientação ou socorro às vítimas – ainda que não sejam consideradas de menor importância, tais informações são constadas, se não com menor destaque ou detalhamento, em ordem que indica que são consequência dos fatos iniciais.

Não é o que acontece no BO em análise. Em virtude de duas características principais: primeira, por se tratar de uma ocorrência de iniciativa, cujo fato gerador do registro – o risco e o desmoronamento propriamente dito – acontecia simultaneamente à ação dos policiais; segunda, porque o próprio trabalho dos policiais parece ganhar tanta relevância em relação ao fato que o motivou. O trabalhador policial, no caso em análise, é o protagonista.

E para contar o salvamento, nesse caso, focou-se o relato na atuação dos policiais militares. Em decorrência disso, no BO em questão, os policiais militares do Comando Tático tornaram-se os personagens principais da narrativa, e os fatos que se referem a outras pessoas (vítimas e outros profissionais presentes), assim como os danos materiais, orbitam em torno desses profissionais, como pode ser observado no texto completo do histórico, apresentado a seguir.

Para manter coerência com uma possível utilização para fins didáticos, decidiu-se expor o histórico em sua imagem original, o que significa que o texto não sofreu nenhuma adaptação. Embora o fato tivesse ganhado repercussão, o que projetou a identidade das pessoas envolvidas, inclusive pela *mídia*, optou-se por omitir todos os nomes desses envolvidos, fossem eles os próprios policiais, as vítimas ou outros profissionais, o que não prejudica a análise do texto em questão. Junto do histórico, está exposto o chamado complemento 1, parte textual que se acrescenta ao histórico do BO e que é inserida após o encerramento eletrônico do primeiro registro, como recurso utilizado para adicionar esclarecimentos ao que fora dito inicialmente.

HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA	
<p>ESTIVEMOS NO LOCAL, ONDE OCORREU O DESABAMENTO E/OU DESMORONAMENTO, TUDO INICIOU, QUANDO A VIATURA DO COMANDO TÁTICO [REDACTED], FAZIA O PATRULHAMENTO PREVENTIVO NA REGIÃO PELA RUA PASSA QUATRO, QUANDO OS COMPONENTES DA GUARNIÇÃO FORAM ACIONADOS PELA SENHORA [REDACTED], MORADORA DO APARTAMENTO 202-A, QUE RELATOU A ESTES QUE O PREDIO ESTAVA APRESENTANDO SINAIS IMINENTES DE DESMORONAMENTO. DE IMEDIATO O COMANDANTE DO TÁTICO MOVEI NOTOU UMA FENDA NO ASFALTO DE FRENTE AO PREDIO SENDO ASSIM, IMEDIATAMENTE, ACIONOU A SIRENE DA VIATURA PARA ACORDAR OS RESIDENTES DO PREDIO, ALGUNS SAÍRAM AO SEREM ACORDADOS E OUTROS FORAM RETIRADOS PELOS MILITARES QUE OS ALERTARAM ADENTRANDO AO PREDIO E AVISANDO QUANTO AO RISCO DO DESABAMENTO NA PORTA DE SEUS APARTAMENTOS. EM APOIO, A VIATURA DO SARGENTO [REDACTED] REALIZOU A RETIRADA DOS MORADORES DAS RESIDÊNCIAS EXISTENTES NA PARTE DOS FUNDOS DO PREDIO PARA ASSIM ESTES NÃO SEREM ESMAGADOS PELOS ESCOMBROS. DIANTE DA SITUAÇÃO HAVIAM DUAS CRIANÇAS QUE ESTAVAM NO INTERIOR DO APARTAMENTO DE NUMERAL 201-A CUJO O PAI ESTAVA NO TRABALHO NAQUELE MOMENTO, SENDO PRECISO EFETUAR O ARROMBAMENTO DE UMA DAS PORTAS DE ACESSO AO INTERIOR DO APARTAMENTO PARA QUE ASSIM ESTAS FOSSEM RESGATADAS A TEMPO ANTES DO PREDIO VIR A RUIR. DURANTE A OPERAÇÃO DE SALVAMENTO OS MILITARES NOTARAM QUE AS COLUNAS DE SUSTENTAÇÃO DO PREDIO ESTAVAM JÁ ESTALANDO E RUIDO, MOMENTO QUE ESTES ALARMARAM MAIS AINDA OS RESIDENTES DO PREDIO E APRESSARAM O RESGATE DAS DUAS CRIANÇAS, E ASSIM, EM PRACAO DE SEGUNDOS O PREDIO VEIO A DESMORONAR. DIANTE DA SITUAÇÃO FORAM MOBILIZADAS TODAS AS VIATURAS DO SETOR DA 9?? CIA, E TAMBEM DO TÁTICO MOVEI POIS O COMANDO TÁTICO PEDIU A PRIORIDADE PARA A TODOS NO ATENDIMENTO DAQUELA OCORRÊNCIA DE GRANDE VULTO, EM SEGUIDA O COPOM ACIONOU AS VIATURAS DO CORPO DE BOMBEIROS AS QUAIS CHEGARAM NO LOCAL; DIANTE DA EXPECTATIVA DE SALVAR VIDAS HOVEU A INFORMAÇÃO DE QUE PODERIA EXISTIR MAIS DOIS MORADORES ENTRE OS ESCOMBROS. A VIATURA DO TEN-BM [REDACTED] DO 3?? BBM PREFIXO ACA-350, FOI A PRIMEIRA VIATURA DOS BOMBEIROS A CHEGAR NO LOCAL E INICIOU O</p> <p>SALVAMENTO DAS VITIMAS DA TRAGEDIA JUNTAMENTE COM AS DEMAIS VIATURAS DOS BOMBEIROS QUE CHEGAVAM NO LOCAL. SENDO ASSIM, HOVEU A MOBILIZAÇÃO DOS DEMAIS SISTEMAS DE DEFESA DO ESTADO, ELABORANDO NO LOCAL DA TRAGEDIA O (SISTEMA DE COMANDO DE OPERAÇÕES), QUE FOI COMPOSTO PELOS REPRESENTANTES DOS SEGUINTE ORGAOS: POLICIA MILITAR CAPITAO [REDACTED], BOMBEIROS MILITARES CORONEL [REDACTED], DEFESA CIVIL [REDACTED] VIATURA DE PLACA HMN 0495, SAMU DR. [REDACTED], USA 02, COPASA [REDACTED] VIATURA DE PLACA HBM-5014, SUDECAP, [REDACTED] VIATURA RECS-15, CEMIG, [REDACTED] VIATURA PLACA HDD-3407, BHTRANS, [REDACTED], GUARDA MUNICIPAL, INSPETOR [REDACTED] VIATURA 5669. DURANTE A OPERAÇÃO DE SALVAMENTO, POR VOLTA DAS 02:20HS, FOI RESGATADA A VITIMA DE NOME [REDACTED] SENDO SALVA COM VIDA E ENCAMINHADA PELA AMBULANCIA UR-1140 PARA SOCORRO EMERGENCIAL EM HOSPITAL, E AINDA POR VOLTA DAS 05:00HS, FOI RETIRADO DOS ESCOMBROS O SENHOR [REDACTED], QUE JÁ NA AMBULANCIA SOFREU PARADA CARDIO-RESPIRATORIA VINDO A OBITO. POR MEDIDA DE SEGURANCA E TAMBEM PREVENTIVA AS AREAS AOS ARREDORES DA TRAGEDIA FOI DEVIDAMENTE ISOLADA E ALGUMAS VIAS DE ACESSOS FECHADAS, PERMANECENDO ALI EQUIPES DA BHTRANS E GUARDA MUNICIPAL, COM O APOIO DAS VIATURAS QUE PATRULHAM O BAIRRO CAICARA, POIS EXISTEM GRANDES POSSIBILIDADES DE OCORREM MAIS DESLIZAMENTOS E TAMBEM DESMORONAMENTOS NO LOCAL E OU ADJACENCIAS. PERMANECE AINDA NO LOCAL O (SCO) EM ALERTA FACE A SITUAÇÃO OCORRIDA. SEGUNDO INFORMACOES O PREDIO ERA COMPOSTO DE DOIS ANDARES, DOIS BLOCOS, CADA UM COM QUATRO APARTAMENTOS PERFAZENDO UM TOTAL DE OITO APARTAMENTOS. RELATO QUE DURANTE O DESENVOLVER DA OCORRÊNCIA OS DEMAIS MORADORES QUE SAÍRAM DO PREDIO TOMARAM DESTINO IGNORADO NÃO SENDO POSSIVEL QUALIFICA-LOS NO MEIO DAQUELA TRAGEDIA.</p>	

DADOS COMPLEMENTARES			
COMPLEMENTO 1			
SOLICITANTE XXXX			
DATA SOLICITAÇÃO 02/01/2012	HORA SOLICITAÇÃO 09:38	NUMERO OFICIO XXXX	DATA/HORA RETIFICAÇÃO 02/01/2012 09:45
INFORMAÇÃO RETIFICADORA/COMPLEMENTAR EM TEMPO, CERCA DE 20 SEGUNDOS DA SAIDA DOS MILITARES COMPONENTES DA GUARNIÇÃO DO COMANDO TÁTICO: 2?? TEN [REDACTED], SD [REDACTED], SD [REDACTED] E SD [REDACTED], O PREDIO VEIO A DESMORONAR. COM A AÇÃO DA GUARNIÇÃO EM LIDE, 11 PESSOAS FORAM RETIRADAS.			

COMPLEMENTO 2			
SOLICITANTE XXXX			
DATA SOLICITAÇÃO 26/01/2012	HORA SOLICITAÇÃO 15:45	NUMERO OFICIO XXXX	DATA/HORA RETIFICAÇÃO 26/01/2012 15:51
INFORMAÇÃO RETIFICADORA/COMPLEMENTAR COMPARECEU A SEDE DA 9?? CIA ESP O SR. [REDACTED], MG - [REDACTED], QUE PEDE PARA ACRESCENTAR: QUE ERA MORADOR DO REFERIDO PREDIO, NO APTO [REDACTED], JUNTAMENTE COM SUA ESPOSA SRA. [REDACTED], MG - [REDACTED], E SUA FILHA [REDACTED], MG - [REDACTED]. RELATA TAMBEM QUE PERDEU VARIOS BENS NO DESABAMENTO, INCLUSIVE SEU VEICULO VW PARATI GLS PLACA [REDACTED] DE COR CINZA N?? RENAVAM [REDACTED]. RELATA TAMBEM QUE NO MOMENTO DO DESABAMENTO NÃO SE ENCONTRAVA NO PREDIO, NEM SUA ESPOSA E NEM SUA FILHA.			

Encerrada a ocorrência, o trabalho realizado pelos policiais militares continuou a mantê-los em evidência. As repercussões do salvamento, na *mídia* e entre outros profissionais da PMMG, gerou reconhecimento institucional ao trabalho dos integrantes do Comando Tático. Assim, em fevereiro de 2012, a Seção de Comunicação Organizacional da PMMG divulgou um informativo, espécie de noticiário interno, exclusivamente dedicado a tratar do acontecido. Nesse informativo, composto de sete folhas, a PMMG deu destaque à promoção

dos integrantes do Comando Tático por ato de bravura<sup>42</sup>.

Dessa forma, o informativo abordou diversos aspectos da atuação dos policiais militares na ocorrência e abriu espaço para o registro da repercussão externa, a exemplo de homenagem prestada na Câmara Municipal de Belo Horizonte. Também destacou aspectos das vidas pessoais dos policiais, o que se observa nas imagens dos familiares do tenente, além de passagens de textos cujas marcas sinalizam a existência de discurso direto: fragmentos sinalizados entre aspas e estruturação de textos em forma de entrevistas, cujas frases são precedidas dos registros dos nomes daqueles que teriam produzido os enunciados. Menos referências são encontradas em relação ao desabamento, já que, no caso desse documento, não restam dúvidas de que o assunto principal é o próprio Comando Tático.

### 5.3 Discursos projetados sobre o policial militar

Nos dois textos analisados, buscar-se-á identificar aspectos da dimensão intradiscursiva, a partir do levantamento dos percursos temático e figurativo. Esse tipo de análise permitiria diversas abordagens pedagógicas, contudo, em virtude das restrições próprias do trabalho monográfico, restringir-se-á a uma breve comparação entre dimensões levantadas em um e outro texto.

No BO, observa-se o discurso policial-militar, refletindo o percurso semântico projetado pelo tema do *trabalho policial*, que se relaciona com as figuras dos *policiais*, do *comando tático*, *da sirene*, *da viatura*. Nesse gênero, o foco na atividade profissional ganha destaque à medida que, logo na primeira linha do histórico, o sujeito enunciativo escolhe construir a narrativa a partir da participação dos policiais:

... tudo iniciou, quando a viatura do Comando Tático [...] fazia o patrulhamento preventivo...

Paralelamente, desenvolve-se o tema da *tragédia*:

---

<sup>42</sup> A prática do Ato de Bravura é uma das circunstâncias legais que podem determinar a promoção de um policial militar da PMMG. Trata-se de uma circunstância pouco frequente e que decorre de um processo administrativo que comprove a existência de elementos caracterizadores, tais como uma ação consciente e voluntária, com evidente risco de vida, transcendência da ação em audácia e coragem e inexistência de qualquer conduta negativa ou ilícita.

... onde ocorreu o desmoronamento e/ou desabamento [...] o prédio apresentava sinais iminentes de desmoronamento [...] alertavam quanto ao risco de desabamento [...] antes do prédio vir a ruir [...] as colunas de sustentação do prédio estavam já estalando e ruindo [...] o prédio veio a desmoronar. (grifos nossos)

O tema *tragédia* se desenvolve com as figuras da vítima, desmoronamento, desabamento, fenda no asfalto, escombros, por exemplo.

O tipo textual argumentativo, em sua estrutura canônica, não é frequente no gênero BO, de maneira geral, visto que esse gênero não se presta a defender posicionamentos em relação ao assunto abordado. No entanto, as escolhas textuais do sujeito enunciador podem deixar transparecer, ainda que por meio de uma narração, como esse sujeito se coloca diante dos fatos. É por meio dessas escolhas que o sujeito enunciador do BO projeta uma imagem de heroísmo vinculada aos policiais do tático comando.

Aliado ao foco no protagonismo que os policiais militares exercem no enredo, figuras e descrições selecionadas pelo enunciador fazem destacar o percurso semântico do *heroísmo*, que paira durante toda a narrativa em passagens como:

... alguns saíram ao serem acordados e outros foram retirados pelos militares que os alertaram e avisando quanto ao risco de desabamento na porta dos seus apartamentos...

...[...] duas crianças que estavam no interior do apartamento [...] sendo necessário efetuar o arrombamento de uma das portas de acesso ao interior do apartamento para que assim estas fossem resgatadas a tempo antes do prédio vir a ruir...

... durante a operação de salvamento os militares notaram que as colunas de sustentação do prédio estavam já estalando e ruindo, momento que estes alarmaram mais ainda os residentes do prédio e apressaram o resgate das duas crianças...

... diante da expectativa de salvar vidas, houve a informação de que poderia existir mais dois moradores...

... cerca de 20 segundos da saída dos militares [...] o prédio veio a desmoronar. Com a ação da guarnição em lide, 11 pessoas foram retiradas. (grifos nossos)

Dessa forma, ainda que não seja dito explicitamente, o BO parece conduzir para destacar a ação heróica dos policiais militares. Poucas informações há, ao longo do texto, referentes aos prejuízos de ordem material. Há uma breve descrição da edificação: “o prédio era composto de dois andares, dois blocos, cada um com quatro apartamentos perfazendo um total de oito apartamentos”. Posteriormente ao encerramento do BO, em um esclarecimento complementar

originado por acionamento de um ex-morador, foi inserida menção a alguns bens que ele perdera no desabamento.

O desmoronamento de um prédio, ocupado regularmente por seus moradores, em decorrência de eventos climáticos, causa comoção social e alerta a população. O salvamento de pessoas que estavam alheias ao risco ao qual se expunham, recolhidas que estavam, em plena madrugada, aos locais que lhes serviam de lar, se sobrepõe ao prejuízo material. Essa dimensão interdiscursiva, percebida no texto pela quase total ausência de menção aos bens materiais e pelo foco na ação dos policiais, projeta uma visão de mundo que, não exclusiva do enunciador, representa a ideia de que a vida humana é mais importante do que os bens materiais.

Aspectos semelhantes podem ser observados no informativo. Logo na capa, em meio a uma breve narrativa de caráter introdutório, o sujeito enunciador pergunta:

Medo? E quem disse que, por serem militares, não experimentaram essa emoção?

Essa indagação descortina uma série de pontos de vista que podem ser perseguidos na leitura do informativo. Militares têm sensibilidade para sentir medo? Sentir medo é compatível com o exercício da atividade militar? Policiais demonstram alguma emoção? Respostas a essas perguntas podem ser inferidas, na voz do sujeito enunciador, assim como nos enunciados atribuídos aos policiais envolvidos, sinalizados pelos marcadores de discurso direto.

O assunto principal do informativo é a promoção por ato de bravura dos integrantes do Comando Tático. O tema do *heroísmo*, agora, ganha ainda mais destaque, uma vez que parece ser um ingrediente indispensável para o reconhecimento da atuação dos policiais.

... Enquanto a cidade dormia, eles cuidavam da segurança. Com coragem, salvaram 11 pessoas...

... A coragem, a bravura e a presença de espírito dos militares foram ingredientes fundamentais para salvar a vida de várias pessoas do desabamento de um edifício. Foram muito corajosos. Eles poderiam ter sido vítimas também. (Este último enunciado atribuído ao pai de um dos policiais militares)

Mas como agora as luzes se voltam exclusivamente para os policiais, importa destacar traços pessoais, o que parece sugerir que essas características contribuem para que eles se tornem profissionais de maior qualidade. E ganha lugar o tema da *religiosidade*, recorrente no informativo:

Pouco antes de sair para trabalhar, antes do réveillon, o Tenente [...] recebeu a visita dos pais. E mais que isso, recebeu a bênção e os pedidos de proteção, afinal, ia trabalhar durante os dias seguintes.

Deus existe e provou isso para todos nós. Foi Ele quem segurou o prédio até que eles conseguissem retirar todos os moradores. (Atribuído ao pai de um dos policiais).

Acho que teve a intervenção divina, com certeza! (Atribuída ao oficial)

Acho que Deus nos colocou no lugar certo, na hora certa. A mulher que pediu socorro também estava no lugar certo. Foi a mão de Deus. (Atribuída a um dos policiais).

Tudo me leva a crer que fomos colocados ali, por algo muito maior que nós. Podíamos ter ido embora [...] mas, decidimos, juntos, dar uma volta pelo bairro e passar pela Rua Passa Quatro. (Atribuída ao motorista da guarnição). (grifos nossos)

Heroísmo e religiosidade parecem contribuir, no informativo, para a projeção da imagem ideal do profissional policial militar. Por outro lado, quando atribuiu voz aos próprios integrantes da guarnição, o informativo registra falas que caracterizam determinado valor militar relacionado ao exercício de atividades mais voltadas para a repressão da criminalidade:

Tentar fazer o CFS, como meus colegas, e continuar pretendendo bandido, porque nosso trabalho é prender bandido...

É... esse é nosso trabalho! Também pretendo fazer o CFS.

[...] Também pretendo fazer o CFS e prender muito traficante, que é o que gosto de fazer.

No entanto, eles não são discursos originais, muito menos recentes. Cabe retomar o *Manual do Soldado*, já mencionado neste trabalho, que, editado em 1965, continha palavras iniciais, por sua vez datadas de 1960, que já resumiam as qualidades do bom policial em competência

e dignidade. A dignidade parece amoldar-se ao conjunto de imagens salientadas no informativo em análise:

A dignidade é avaliada pelas qualidades de caráter do elemento, por seu grau de equilíbrio e firmeza de atitudes, pelo exemplar comportamento civil e militar no quartel e alhures, pela agradável apresentação exterior e manifestações de boas maneiras no lar e na sociedade, pelo apreço que dedica à vida e felicidade de seus semelhantes e pelo grau de respeito que logra impor aos cidadãos indistintamente. (SANTOS, 1965, p. 16).

Retomar o texto já mencionado no início deste trabalho é coerente com alguns dos objetivos desta pesquisa. Quando se pretende desenvolver estudos que tenham utilidade para uma atividade prática específica, é necessário, como já se buscou no início deste trabalho, conhecer as trilhas percorridas pela comunidade que interessa aos estudos – no presente caso, a PMMG, de maneira a ampliar a percepção sobre o quadro em que se apresenta. Assim, o informativo do ano de 2012 corrobora com um discurso que já surgia desde o início das atividades voltadas para o ensino profissional.

O discurso atual, modernizado pela evolução da sociedade e da própria instituição, dialoga com aquele que, já nos anos 60, entendia que o bom policial deveria ter qualidades profissionais e pessoais próprias.

Os documentos analisados, cada um nos limites das peculiaridades próprias dos gêneros, reforçam e ratificam a presença desse discurso no meio profissional policial-militar em Minas Gerais. Ambos permitem perceber imagens que policiais fazem de si e do trabalho que se encarregam de executar.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho pretendeu, a partir da exposição da evolução histórica do ensino na PMMG, com foco no ensino da produção textual policial, perceber o BO como gênero importante no desenvolvimento das atividades profissionais do policial militar. Via de consequência, buscou-se acrescentar perspectivas de análise do gênero, com o intuito de contribuir para as atividades de ensino e aprendizagem nos cursos realizados pela instituição. Apresentou-se uma possibilidade de análise que privilegiou aspectos da representação do trabalhador policial-militar, tanto do ponto de vista do profissional quanto do ponto de vista institucional.

No caminhar histórico, registrou-se a situação atual do ensino nessa instituição, de forma coerente com as modificações introduzidas no primeiro semestre de 2012.

As análises procedidas demonstram a existência de um discurso que valoriza qualidades consideradas próprias do policial militar, dentre eles o profissionalismo, a competência e a dignidade, representados por um conjunto de valores de ordem profissional e pessoal que puderam ser destacados no BO e no informativo institucional.

Como exemplos de possíveis abordagens do gênero BO em sala de aula, os estudos realizados permitem citar:

- a) a demonstração aos discentes acerca das maneiras de como a voz do sujeito enunciador pode ser notada nos textos, a partir das escolhas que faz, e de como essa voz contribui para a manutenção de uma formação ideológica, seja ela aceita por um determinado grupo, como parece ser o caso em questão, ou, ainda, contrária ao que o grupo poderia pretender projetar;
- b) a exploração da possibilidade, ainda que pouco frequente, mas justificável por um contexto específico, de certo afastamento da regularidade estrutural que caracteriza o gênero; no exemplo em questão, a intenção de manter distanciamento dos policiais em relação aos fatos narrados no BO é quase inexistente, já que, nele, os policiais são os protagonistas da ação;
- c) a observação de como dois gêneros, ainda que produzidos num mesmo ambiente discursivo e a partir de um mesmo evento, podem projetar temas diferentes, a exemplo do tema *religiosidade*, que é pode ser adequado para o gênero informativo, mas é impróprio para o

gênero BO.

Espera-se que a presente pesquisa contribua para fomentar o interesse pelos estudos dos gêneros textuais próprios da PMMG, especialmente o BO, de maneira a construir um arcabouço teórico que favoreça o processo de ensino e aprendizagem na instituição policial-militar.

## 7. REFERÊNCIAS

ALKIMIN, H. R. *Boletim de Ocorrência: uma arena discursiva em exame*. Tese de Doutorado em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2004. 227 fl.

ANDRADE, P. R. *Origens Históricas da Polícia Militar de Minas Gerais: 1706-1831*. 1º vol. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1981.

BAKHTIN, M. [1979]. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003. (Coleção Biblioteca Universal).

BRASIL. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. *Programa de Modernização do Poder Executivo Federal*: MARE, 1998. 70 p. (Cadernos MARE da reforma do estado; c. 16).

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. *Matriz Curricular Nacional: para ações formativas dos profissionais da área de segurança pública*. Brasília: 2009. Disponível em:  
<<http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJE9CFF814ITEMID414D534CB317480A9995C6D049ED9190PTBRNN.htm>> Acesso em 24/04/2012

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

COTTA, F. A. *Breve História da PMMG*. Belo Horizonte, Crisálida, 2006.

DELL'Isola, R. L. P. Perspectivas teóricas subjacentes às noções de gêneros: textuais ou discursivos? In: DELL'Isola, R. L. P. (org.) *Gêneros textuais: o que há por trás do espelho?* Belo Horizonte\FALE\UFMG, 2012. p. 08 – 19.

FARIA, A. A. M. Interdiscurso e intradiscurso: da teoria à metodologia. In: MENDES, E. A. M; OLIVEIRA, P. M; BEM-IBLER, V. *O novo milênio: interfaces linguísticas e literárias*. Belo Horizonte: UFMG/FAL, 2001. p. 31-37.

FELISBERTO, J. S. M.; SOUZA JR. R. S.; MELLO, T. G. V. História da Polícia Militar. In: FELISBERTO, J. S. M. *et alli. Manual do Soldado PM/BM (MP-6-3-PM)*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1988. p. 141-160.

FIORIN, J. L. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.

GREIMÁS, A. J; COURTÉS, J. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo, Contexto, 2008.

HAMADA, H. H. *Ensino profissional da Polícia Militar de Minas Gerais: análise do efeito-professor no Curso Técnico em Segurança Pública*. Dissertação do Mestrado em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. 2008. 145 p.

LARA, G. M. P.; MATTE, A. C. F. *Ensaio de Semiótica: aprendendo com o texto*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

LIMA, H. M. R. *Na tessitura do processo penal: a argumentação no tribunal do júri*. Tese de doutorado em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2006. 259 fl.

LIMA, H. M. R. Figurações de poder e emoção em um processo penal: uma análise do Boletim de Ocorrência. In: EMEDIATO, W.; LARA, G. M. P. (orgs.). *Análises do Discurso Hoje*. v. 4. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011. p. 125-145.

MARCO FILHO, L. *História Militar da PMMG*. Belo Horizonte: Centro de Pesquisa e Pós Graduação. PMMG, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas, SP: Pontes: Editora Universidade Estadual de Campinas, 3ª ed, 1997.

MINAS GERAIS. *Lei 6260, de 13 de dezembro de 1973*: Institui o Sistema de Ensino da Polícia Militar de Minas Gerais. Minas Gerais: Diário Oficial, 11 de dezembro de 1973.

MINAS GERAIS. Polícia Civil; Polícia Militar; Secretaria de Estado de Defesa Social. *Instrução Conjunta nº 01/2003* – (Contém orientações para o Preenchimento do Boletim de Ocorrência). Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 2003.

\_\_\_\_\_. *Decreto sem número, de 29 de novembro de 2005*: Credencia a Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e autoriza o funcionamento do Curso de Bacharelado em Ciências Militares – Área de Defesa Social. Minas Gerais: Diário Oficial, 30 de novembro de 2005.

\_\_\_\_\_. Secretaria Estadual de Educação. *Parecer 790, de 24 de agosto de 2009*. Reconhecimento do Curso Técnico em Segurança Pública. Minas Gerais: Diário Oficial, 12 de setembro de 2009.

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar 115, de 05 de agosto de 2010*: Altera o Estatuto dos Militares de Minas Gerais e dá outras providências. Minas Gerais: Diário Oficial, 06 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 19.987, de 28 de novembro de 2011*: Fixa o efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro Militar de Minas Gerais para o ano de 2012 e dá outras providências. Minas Gerais: Diário Oficial de 29 de dezembro de 2011.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS (PMMG). *Resolução 3510, de 10 de novembro de 1999*: Estabelece as Diretrizes para a Educação Profissional da PMMG.

\_\_\_\_\_. *Resolução 4210, de 23 de abril de 2012*: Estabelece as Diretrizes da Educação da Polícia Militar.

\_\_\_\_\_. Nota Instrutiva 22/93. *Reflexões sobre o papel do Tenente na PMMG*. Divulgação interna, 2003.

SANTOS, A. N. *Policiamento: Manual de Instrução Básica da Polícia Militar*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1965.

SANTOS, M. A. *A formação básica do policial militar de Minas Gerais: as especificidades do ensino militar em relação à educação de nível técnico*. Dissertação de Mestrado em Administração Pública da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. 2000. 130 p.

SILVA NETO. S. A. *Ideologia e Cultura Organizacional da Polícia Militar: diagnóstico e viabilidade*. Monografia apresentada para aprovação no Curso Superior de Polícia (CSP) da PMMG. 1995. 227 p.

SILVEIRA, G. T. A. *Polícia Militar de Minas Gerais: fragmentos, historietas e anedotas*. 1º vol. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1955.

TRISTÃO, R. M. S. *O Boletim de Ocorrência sob o aspecto da dêixis de base espacial como processo de instauração e manutenção de referência*. Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 2007. 116 fl.



**PROMOVIDOS POR ATO DE BRAVURA - FEVEREIRO DE 2012**

**Enquanto a cidade dormia, eles cuidavam da segurança. Com coragem, salvaram 11 pessoas.**

**O fato aconteceu em uma noite chuvosa, em Belo Horizonte, no início deste ano.**

**Foram minutos de muita emoção e grande expectativa. Medo?! É quem disse que, por serem militares, não experimentaram esta emoção?**

**Nesta edição, eles contam por que se emocionaram naquela noite.**

## ATO DE BRAVURA

### “Pai, atendi uma ocorrência grave”

Uma oração poderia começar assim. Calma e silenciosa.

Como um agradecimento a Deus por estar a salvo e por salvar a vida de muitas pessoas.

E foi com essas palavras que um militar comunicou, por telefone, seus familiares, a ocorrência que tinha atendido, durante a madrugada. Ele e quatro companheiros de guarnição levaram muito tempo até entender que o que tinham vivido naquela noite, talvez tenha sido um dos momentos mais marcantes de suas vidas.



*Minutos depois de os militares terem desocupado o prédio, a construção desabou*

## Coragem e humildade para servir

Logo pela manhã, o engenheiro civil Sérgio Antônio Ribeiro (58 anos, residente no bairro Pompéia, em Belo Horizonte) recebeu o telefonema do filho, o 2º Tenente Gustavo Martins Ribeiro, contando o que tinha acontecido, durante a madrugada. A mãe, a funcionária pública aposentada Eni Paulina Martins Ribeiro (56 anos), não acreditou quando viu as cenas na televisão e o perigo que seu filho e os Soldados Sheyla Cristina da Silva, Marcelo Silva dos Reis e Samuel dos Santos Freitas, todos do 34º BPM, tinham corrido.

A coragem, a bravura e a presença de espírito dos militares foram os ingredientes fundamentais para salvar a vida de várias pessoas do desabamento de um edifício, de dois blocos, localizado na Rua Passa Quatro, Bairro Alto Caiçara, Belo Horizonte.



*O Tenente Martins, ladeado pelos pais, Sérgio e Eni, e pelos companheiros de guarnição*

## ATO DE BRAVURA

### Uma prece para proteger a guarnição

Pouco antes de sair para trabalhar, antes do Réveillon, o Tenente Gustavo (casado com Karine, pai de João Paulo, de um ano) recebeu a visita dos pais. E mais que isso, recebeu a bênção e os pedidos de proteção, afinal, ia trabalhar, durante os dias seguintes.

“Sabemos que a profissão é difícil e que oferece muitos riscos, por isso, quando demos as mãos ao nosso filho, pedimos que Deus protegesse Gustavo e todos os integrantes da guarnição”, contam os pais do Oficial. O casal também tem os filhos Leonardo Martins Ribeiro, Cap do Exército, e Guilherme Martins Ribeiro, Cadete CFO3, da APM.

O engenheiro trabalha no Departamento Estadual de Obras Públicas – DeOP, como fiscal, e foi o responsável pela execução das obras de ampliação e modernização do Hospital da Polícia Militar. E foi como profissional e pai que ele avaliou os riscos que a equipe correu. “Foram muito corajosos. Eles poderiam ter sido vítimas também. Segundo os pais, dava para ouvir os ruídos dos pilares e ver as fendas nas paredes. Deus existe e provou isso para todos nós. Foi Ele quem segurou o prédio até que eles conseguissem retirar todos os moradores”, lembra Sérgio.



*Orgulho em ostentar a bandeira de Minas Gerais no ombro*



**Eni: “No dia seguinte, pedi para rezar uma missa por toda a guarnição. Não podemos perder a fé, temos que acreditar em Deus e ter uma religião”**



Pessoas que, de alguma forma, se destacaram no salvamento de vidas e na ajuda a vítimas das fortes chuvas em Belo Horizonte foram homenageadas na quarta-feira (18), na Câmara Municipal. Entre elas, estão os quatro militares do 34º BPM. Estes policiais também foram promovidos por Ato de Bravura pelo governador do Estado, Antonio Anastasia.

## ATO DE BRAVURA



Eni: "Foi a Providência Divina"  
Sérgio: "Algo os guiou a noite toda"

“ Os resultados alcançados pela ação da guarnição demonstram, de forma inequívoca, o compromisso de proteção social que orienta as ações dos valorosos integrantes da Polícia Militar, em todo o Estado.

**Coronel Márcio  
Martins Sant'Ana -  
Comandante-Geral  
da PMMG**

## ENTREVISTA

### Todos por um

**Em algum momento sentiram que a noite seria diferente?**

*Tenente Martins* – Durante a chamada, eu e o Soldado Samuel conversamos sobre atos de bravura. Sobre situações extremas e de risco, que poderiam resultar em ações de bravura. Parece que estávamos pressentindo algo...

*Sd Sheyla* – ... e, como por instinto, eu peguei uma corda e a coloquei na viatura. Senti que ia precisar dela. Durante a madrugada, assim que os bombeiros chegaram, a primeira coisa que fizeram foi pegar uma corda. Isso me chamou a atenção. Eu tinha colocado uma corda na viatura, antes de sair do quartel.

*Sd Silva Reis* – Eu não participei dessa conversa, durante a chamada. Só observava o pessoal e as considerações que eles faziam.

*Sd Samuel* – Sempre que saio de casa, pego meu filho, Samuel Júnior, nos braços, para me despedir. Naquele dia, senti que ele estava diferente. Estava inquieto demais. Senti que alguma coisa estava diferente.

**Vocês acham que estavam no lugar certo, na hora certa, ou acham que foi o acaso que os levou para aquele lugar?**

*Tenente Martins* – Acho que teve intervenção divina, com certeza!

*Sd Sheyla* – Deus nos colocou no lugar certo, na hora certa. A mulher que pediu socorro também estava no lugar certo. Foi a mão de Deus.

*Sd Silva Reis* – Tudo me leva a crer que fomos colocados ali, por algo muito maior que nós. Podíamos ter ido embora (era ele quem dirigia a viatura). Podíamos ter ficado mais próximos do quartel, porque já estava quase no momento de terminar nosso turno. Mas, decidimos, juntos, dar mais uma volta pelo bairro e passamos pela Rua Passa Quatro. Foi quando vimos a mulher pedindo socorro.

*Sd Samuel* – Foi Deus quem fez tudo. Ele também seguiu o prédio até que tirássemos todos de lá.

## ATO DE BRAVURA

### Este episódio provocou uma união maior entre vocês?

Vocês trabalham juntos há quanto tempo?

*Tenente Martins* – Trabalhamos juntos há cerca de seis meses e confesso que houve muita intuição entre nós naquele momento.

*Sd Sheyla* – Pode parecer egoísmo da minha parte, mas quando tudo acabou, eu olhei a minha volta, procurando por meus companheiros de guarnição. Eu queria ter a certeza de que todos estavam bem. E, quando vi os três, fiquei aliviada. Eu só escutava gritos a minha volta, mas a presença deles me tranqüilizou.

*Sd Silva Reis* – Depois que o prédio desabou, depois que a guarnição estava fora de perigo, a primeira coisa que fizemos foi cumprimentar uns aos outros.

*Sd Samuel* – Acho que se faltasse um de nós, a cena não teria o mesmo desfecho. Se um de nós não quisesse entrar no prédio, os demais não teriam entrado. Tudo foi feito com muita união.

### O que moveu você naquela noite?

*Tenente Martins* – Alguém maior, muito maior que nós, estava no comando. Eu gosto de assistir a um seriado na TV que mostra como sobreviver em casos de catástrofes. Naquele momento, tudo que eu tinha visto no seriado veio à minha mente. Isso também me ajudou a tomar uma decisão. Eu me lembrei dos fios de alta tensão e dos riscos que ofereciam ao desabar. Imediatamente, pedi que todos os moradores fossem para uma parte mais alta.

*Sd Sheyla* – Quando vi aqueles fios eu pensei: Meu Deus, sobrevivemos ao desabamento, e agora mais isso: fios de alta tensão?

*Sd Silva Reis* – Certamente, tinha alguém mais forte nos conduzindo...

*Sd Samuel* – ... Deus.

### Como foi dormir um dia depois do episódio?

*Tenente Martins* – Fiquei incomodado durante muitas noites. Só agora estou voltando à normalidade. A gente não esquece o que a-



conteceu. Foi muito forte.

*Sd Sheyla* – Geralmente, tenho facilidade para dormir, mas confesso que tem sido difícil. Passei muitas noites virando na cama e vendo as cenas.

*Sd Silva Reis* – Na noite seguinte, fiquei umas quatro horas tentando dormir. A todo o momento, as cenas vinham à minha cabeça.

*Sd Samuel* – Eu fechava os olhos e via a cena do prédio caindo. Foi muito difícil.

### Essa destruição ajudou com que algo fosse reconstruído dentro de vocês?

*Tenente Martins* – Depois de todo o episódio, e de avaliar o risco que também tínhamos corrido, eu passei a dar valor a pequenas coisas.

*Sd Sheyla* – Lembro-me do rapaz que teve a oportunidade de sair e optou em ficar. Ele morreu, mas teve a chance de sobreviver. Agora vejo a oportunidade que surge em nossa vida com outros olhos. Como algo capaz de mudar nossa vida toda.

*Sd Silva Reis* – Desde aquele dia, sinto que estou recomeçando tudo em minha vida. Estou dando atenção a família, amigos. Algumas coisas que ficavam em segundo plano não ficam mais.

*Sd Samuel* – Penso em glorificar a Deus, cada vez mais. Também penso muito no presente. O amanhã pode não existir.

## ATO DE BRAVURA

# 4

## Militares

## Momentos

### Momento mais dramático

*Tenente Martins* – Quando vi o prédio caindo. Foi assustador.

*Sd Sheyla* – Quando percebi que os fios iam arrebentar. Pensei que ninguém ia se salvar.

*Sd Silva Reis* – Quando, dentro do prédio, vi as trincas nas paredes.

*Sd Samuel* – Quando socorria uma senhora com uma menina, e ela, insistindo em voltar para pegar uma bolsa. Meus amigos gritando: "Acelera, o prédio vai cair!" Foi difícil levá-la comigo, mas consegui.

### O momento compensador

*Tenente Martins* – Quando vi que todos estavam a salvo.

*Sd Sheyla* – Quando a mulher que parou a viatura, ao final, nos agradeceu.

*Sd Silva Reis* – Quando o pai das meninas, que estavam sozinhas no último apartamento que vistoriamos, chegou e viu que as filhas estavam a salvo. Ele ficou emocionado. Nós também.

*Sd Samuel* – Quando vi que todos estavam a salvo, apesar de terem perdido tudo.

### O momento em que a ficha caiu

*Tenente Martins* – Quando comecei a receber mensagens de pessoas que nunca tinha visto, elogiando nossa ação.

*Sd Sheyla* – No sábado, eu parei e pensei em tudo que tinha acontecido. Só neste momento me dei conta de tudo.

*Sd Silva Reis* – Até hoje, a minha ficha não caiu.

*Sd Samuel* – Quando, em casa, vi meu filho Jr.

### Esse momento já é passado. E o futuro ...

*Tenente Martins* – Continuar prestando meu serviço. Estou tentando o concurso para piloto de aeronave, mas estou fora das vagas. Se não entrar, vou entender que Deus tem outros planos pra mim. Não estou querendo sair de minha unidade, nem estou insatisfeito. Pelo contrário. Mas foi uma oportunidade que surgiu.

*Sd Sheyla* – Tentar o CFS, como meus colegas, e continuar prendendo bandido, porque nosso trabalho é prender bandido.

*Sd Silva Reis* – É... esse é nosso trabalho! Também pretendo fazer o CFS.

*Sd Samuel* – Agradecer mais a Deus, porque todos nós fomos muito abençoados. Também pretendo fazer o CFS e prender muito traficante, que é o que gosto de fazer.

## ATO DE BRAVURA

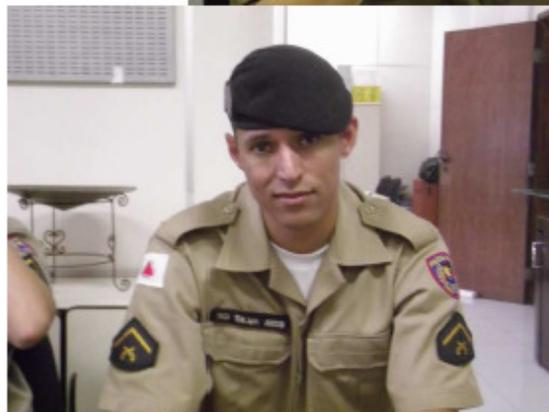
### APRENDIZADO

*Tenente Martins:*  
"Eu passei a dar  
valor a pequenas  
coisas"



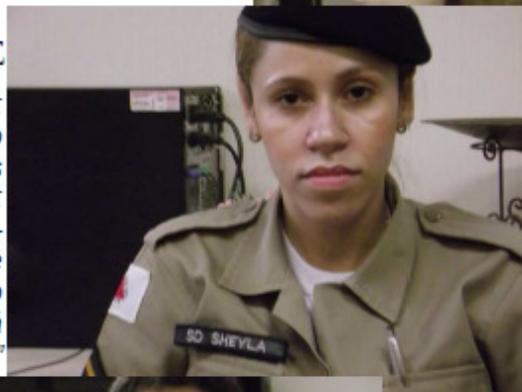
### PACIÊNCIA

*Sd Silva Reis:*  
"É... nosso ano  
começou meio  
atípico!"



### HUMILDADE

*Sd Sheyla:*  
"Fizemos o  
que fazemos  
todos os dias:  
resolver pro-  
blemas que  
surgem do  
jeito que dá  
para resolver"



### GRATIDÃO

*Sd Samuel:*  
"Nós fomos  
muito aben-  
çoados"



**Cel Marco Antônio Bianchini Badaró**  
*Diretor de Apoio Operacional - DAOP*

**Major Jorge Vieira da Rocha**  
*Subdiretor da DAOP*

**Ten-Cel Alberto Luiz Alves**  
*Ass. Com. Organizacional - PM5*

**Major Gedir Christian Rocha**  
*Assessor de Imprensa*

**Márcia Cândido**  
*Edição, textos e fotos*

**Alexandre França**  
**Sheila de Ângelis**  
*Jornalistas*